



Demonstrações financeiras consolidadas

31 de março de 2018

REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

ÍNDICE

1. DESEMPENHO FINANCEIRO	3
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	10
3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2018	15
1 INFORMAÇÃO GERAL	15
2 BASE DE PREPARAÇÃO	20
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	21
4 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS	29
5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS	32
6 GOODWILL	36
7 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	36
8 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	38
9 CLASSIFICAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	44
10 INVESTIMENTOS EM INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO A JUSTO VALOR POR OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL	46
11 CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER	48
12 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	50
13 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	54
14 CAPITAL SOCIAL, AÇÕES PRÓPRIAS E PRÉMIO DE EMISSÕES DE AÇÕES	55
15 RESERVAS	55
16 EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	57
17 OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS	60
18 PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS	61
19 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR	62
20 VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	63
21 RENDIMENTOS E GASTOS DE CONSTRUÇÃO	64
22 OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS	64

23 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	65
24 GASTOS COM PESSOAL	66
25 OUTROS GASTOS OPERACIONAIS	66
26 GASTOS DE FINANCIAMENTO E RENDIMENTOS FINANCEIROS	67
27 CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA SOBRE O SETOR ENERGÉTICO	67
28 RESULTADO POR AÇÃO	68
29 DIVIDENDOS POR AÇÃO	68
30 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	69
31 PARTES RELACIONADAS	70
32 EVENTOS SUBSEQUENTES	73

1. DESEMPENHO FINANCEIRO

Resultados do 1º trimestre

No primeiro trimestre de 2018, o resultado líquido do Grupo REN ascendeu a 13,1 milhões de Euros, um decréscimo de 0,4 milhões de Euros (-3,0%) face ao período homólogo do ano anterior. Esta evolução é explicada maioritariamente pelo aumento de 4,3 milhões de Euros das amortizações (+7,9%) e pela redução de 1,1 milhões de Euros nos resultados financeiros (-7,2%), apesar do aumento de 4,7 milhões de Euros no EBITDA (+3,8%).

Importa referir ainda que, a Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético continua a refletir-se nos resultados de 2018, à semelhança dos anos anteriores (25,3 milhões de Euros em 2018, e 25,8 milhões de Euros em 2017¹).

O investimento do Grupo situou-se nos 13,9 milhões de Euros, um crescimento de 5,2% (+0,7 milhões de Euros), e as transferências para RAB cresceram 1,2 milhões de Euros face aos primeiros 3 meses de 2017 (+113,4%) para os 2,3 milhões de Euros. O RAB médio apresentou um crescimento de 382,5 milhões de Euros (+10,9%), situando-se nos 3.877,8 milhões de Euros, refletindo a aquisição da REN Portgás (+464,1 milhões de Euros).

As condições de financiamento evoluíram positivamente, com o custo médio de financiamento a reduzir para os 2,3% (-0,3 p.p. quando comparado com março de 2017). Por outro lado, a dívida líquida situou-se nos 2.643,7 milhões de Euros, uma subida de 3,9% (+100,2 milhões de Euros) face ao mesmo período do ano anterior, refletindo essencialmente a aquisição da REN Portgás, parcialmente compensada pelo aumento de capital, ambos realizados em 2017.

PRINCIPAIS INDICADORES (MILHÕES DE EUROS)	março 2018	março 2017	VAR. %
EBITDA	128,4	123,7	3,8%
Resultado financeiro ²	-16,6	-15,5	-7,2%
Resultado líquido ¹	13,1	13,5	-3,0%
Resultado líquido recorrente	38,4	40,9	-6,2%
Capex total	13,9	13,2	5,2%
Transferências para RAB ³ (a custos históricos)	2,2	1,1	110,1%

¹ A Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético foi reconhecida integralmente no primeiro trimestre de 2018 e 2017, de acordo com as recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

² O custo de 0,4 milhões de Euros a março de 2018 e 0,3 milhões de Euros a março de 2017 decorrente dos Leilões de capacidade na interligação elétrica entre Espanha e Portugal - denominado FTR (*Financial Transaction Rights*), foram reclassificados de resultados financeiros para Proveitos.

³ Inclui aquisições diretas (RAB related).

PRINCIPAIS INDICADORES (MILHÕES DE EUROS)	março 2018	março 2017	VAR. %
RAB médio (a custos de referência)	3.877,8	3.495,3	10,9%
Dívida líquida	2.643,7	2.543,5	3,9%
Custo médio da dívida	2,3%	2,6%	-0,3p.p.

Resultado operacional - EBITDA

Negócio de Transporte de Eletricidade e Gás Natural

O EBITDA dos primeiros 3 meses de 2018, situou-se nos 117,5 milhões de Euros, um decréscimo de 5,0% (6,2 milhões de Euros) face ao período homólogo do ano anterior.

EBITDA - TRANSPORTE (MILHÕES DE EUROS)	março 2018	março 2017	VAR. %
1) Proveitos de Ativos	104,2	114,7	-9,2%
Remuneração do RAB	44,2	54,2	-18,4%
Diferenças de alisamento (gás)	0,0	0,2	100,0%
Remuneração de terrenos	0,1	0,1	-4,9%
Renda dos terrenos da zona de proteção	0,2	0,2	-1,2%
Incentivo à racionalidade económica dos investimentos	5,4	5,4	0,7%
Recuperação de amortizações (líquidas de subsídios ao investimento)	49,8	50,3	-0,8%
Amortização dos subsídios ao Investimento	4,5	4,5	-0,5%
2) Proveitos de Opex	26,8	25,0	7,2%
3) Outros proveitos	7,1	6,8	5,1%
4) TPE's (capitalizados no Investimento)	3,7	3,1	20,7%
5) Rendimentos de construção (excl. TPE's capitalizados no investimento) - Ativos Concessionados	6,4	10,1	-36,7%
6) OPEX	24,2	25,8	-6,3%
Custos com Pessoal ¹	12,1	12,3	-1,3%
Custos Externos	12,1	13,6	-10,8%
7) Gastos de Construção - Ativos Concessionados	6,4	10,1	-36,7%
8) Provisões	0,0	-0,1	n.m.
9) Imparidades	0,1	0,1	0,0%
10) EBITDA (1+2+3+4+5-6-7-8-9)	117,5	123,7	-5,0%

¹ Inclui custos com formação e seminários e provisões relacionadas com custos com pessoal

A contribuir para a evolução desfavorável do EBITDA esteve:

- A redução de 10 milhões de Euros (-18,4%) da remuneração da base de ativos regulada, explicada por:
 - Redução de 7,1 milhões de Euros na remuneração dos ativos regulados do setor de transporte de eletricidade, refletindo (i) a redução na taxa de remuneração (RoR) base de 6,5% em março de 2017 para 5,2% em março de 2018 - com o novo período regulatório do setor elétrico iniciado em janeiro de 2018, o ponto de partida do RoR passou de 6,4% para 5,9%; e (ii) a redução de 27,8 milhões de Euros (-1,3%) no RAB médio.
 - Redução de 2,9 milhões de Euros na remuneração dos ativos regulados do setor de transporte de Gás Natural, refletindo (i) a redução na taxa de remuneração de 6,4% em março de 2017 para 5,5% em março de 2018 - impactada pela evolução da cotação das Obrigações do Tesouro da República Portuguesa a 10 anos; e (ii) a redução de 41,0 milhões de Euros (-3,8%) no RAB médio.

Por outro lado, destacam-se os seguintes efeitos positivos:

- Aumento de 1,8 milhões de Euros nos Proveitos de Opex (+7,2%);
- Redução de 1,6 milhões de Euros no opex (-6,3%), que ficou a dever-se às reduções de 1,5 milhões de Euros (-10,8%) nos Custos Externos e 0,2 milhões de Euros (-1,3%) em Custos com Pessoal.

Negócio de Distribuição de Gás Natural

A aquisição da Portgás em outubro de 2017, gerou um EBITDA nos primeiros 3 meses de 2018 de 10,9 milhões de Euros. Este resultado teve como principais contributos:

- A remuneração do RAB (6,8 milhões de Euros), para a qual contribuiu uma taxa de remuneração de 5,8% (taxa de remuneração indexada às Obrigações do Tesouro da República Portuguesa a 10 anos) e um RAB médio de 464,1 milhões de Euros;
- A recuperação das amortizações (3,3 milhões de Euros);
- Proveitos de Opex de 6,8 milhões de Euros.

A contribuir negativamente estiveram:

- O Opex de 7,3 milhões de Euros, dos quais 1,3 milhões de Euros referentes a custos com pessoal e 6,0 milhões de Euros a custos externos. Os custos externos incluem 3,6 milhões de Euros de custos *pass-through*, designadamente as Taxas de Ocupação de Subsolo.

EBITDA - DISTRIBUIÇÃO (MILHÕES DE EUROS)	março 2018
1) Proveitos de Ativos	10,1
Remuneração do RAB	6,8
Recuperação de amortizações (líquidas de subsídios ao investimento)	3,3
2) Proveitos de Opex	6,8
3) Outros proveitos	0,7
4) TPE's (capitalizados no Investimento)	0,5
5) Rendimentos de construção (excl. TPE's capitalizados no investimento) - Ativos Concessionados	3,3
6) OPEX	7,3
Custos com Pessoal ¹	1,3
Custos Externos	6,0
7) Gastos de Construção - Ativos Concessionados	3,4
8) Provisões	0,0
9) Imparidades	-0,1
10) EBITDA (1+2+3+4+5-6-7-8-9)	10,9

Resultado líquido

Nos primeiros 3 meses de 2018, o resultado líquido situou-se nos 13,1 milhões de Euros, uma redução de 0,4 milhões de Euros (-3,0%) face ao mesmo período do ano anterior.

¹ Inclui custos com formação e seminários e provisões relacionadas com custos com pessoal

Este decréscimo refletiu essencialmente:

- O aumento das amortizações do exercício (+4,3 milhões de Euros) - resultante da aquisição da REN Portgás em outubro de 2017;
- A redução do resultado financeiro (-1,1 milhões de Euros, -7,2%), refletindo o crescimento da dívida líquida para 2.643,7 milhões de Euros (+100,2 milhões de Euros; +3,9%), como consequência da aquisição da REN Portgás, parcialmente compensada pelo aumento de capital, apesar da redução de 0,3 p.p. no custo médio de financiamento, que passou de 2,6%, em março de 2017, para 2,3%, em março de 2018.

Por outro lado, o EBITDA cresceu 3,8% (+4,7 milhões de Euros), refletindo o EBITDA do novo negócio de Distribuição de Gás Natural (+10,9 milhões de Euros), parcialmente compensado pelo decréscimo de 6,2 milhões de Euros no EBITDA do Transporte de Eletricidade e Gás Natural.

Quando expurgado de efeitos não recorrentes, o Resultado Líquido Recorrente dos primeiros 3 meses de 2018 apresentou um decréscimo de 2,5 milhões de Euros (-6,2%). Os itens não recorrentes considerados nos primeiros 3 meses de 2018 e 2017 são os seguintes:

- Em 2018: i) Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético definida no Orçamento de Estado para 2018 (25,3 milhões de Euros);
- Em 2017: i) Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético definida no Orçamento de Estado para 2017 (25,8 milhões de Euros); ii) custos decorrentes dos processos de aquisição da Electrogas e EDP Gás (2,3 milhões de Euros, 1,7 milhões de Euros após efeito fiscal)

RESULTADO LÍQUIDO (MILHÕES DE EUROS)	março 2018	março 2017	VAR.%
EBITDA	128,4	123,7	3,8%
Depreciações e amortizações	58,7	54,4	7,9%
Resultado financeiro	-16,6	-15,5	-7,2%
Imposto do Exercício	14,7	14,5	1,0%
Contribuição Extraordinária s/ Setor Energético ¹	25,3	25,8	-1,8%
Resultado Líquido	13,1	13,5	-3,0%

¹ A Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético foi reconhecida integralmente no primeiro trimestre de 2018 e 2017, de acordo com as recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

RESULTADO LÍQUIDO (MILHÕES DE EUROS)	março	março	VAR.%
	2018	2017	
Itens não recorrentes	25,3	27,5	-7,7%
Resultado Líquido Recorrente	38,4	40,9	-6,2%

RAB médio e investimento

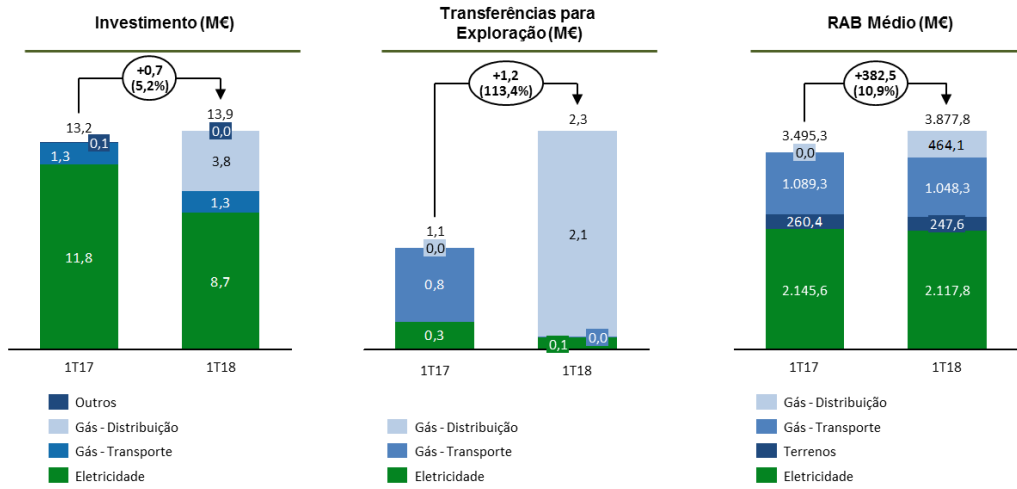
Nos primeiros 3 meses de 2018, o investimento ascendeu a 13,9 milhões de Euros, um crescimento de 5,2% (+0,7 milhões de Euros) face ao mesmo período do ano anterior, e as transferências para exploração situaram-se nos 2,3 milhões de Euros, um aumento de 1,2 milhões de Euros (+113,4%).

No setor da eletricidade, o investimento ascendeu a 8,7 milhões, um decréscimo de 26,0% face ao mesmo período de 2017, e as transferências para RAB reduziram 0,2 milhões de Euros (-58,7%) situando-se nos 0,1 milhões de Euros. Destaca-se o investimento realizado nos projetos de (i) *uprating* da linha Carregado-Rio Maior 1 (1,0 milhões de Euros), (ii) Remodelação de Sistemas de Comando e Proteção em Riba d'Ave (0,9 milhões de Euros) e (iii) Remodelação de Sistemas de Comando e Proteção em Canelas (0,8 milhões de Euros).

No setor do Gás Natural o investimento ascendeu a 1,3 milhões de Euros, um crescimento de 0,7% face ao mesmo período do ano anterior, e as transferências para exploração reduziram 0,8 milhões de Euros (-98,5%) face aos primeiros 3 meses do ano passado.

No setor da distribuição de Gás Natural, o investimento ascendeu a 3,8 milhões de Euros, com cerca de 34% aplicados na captação de novos pontos de abastecimento e cerca de 54% na expansão das redes de distribuição.

O RAB médio situou-se nos 3.877,8 milhões de Euros, um crescimento de 382,5 milhões de Euros (+10,9%) face ao período homólogo do ano anterior, influenciado pela aquisição da REN Portugás cujo RAB médio ascendeu a 464,1 milhões de Euros. No setor da eletricidade, o RAB médio (excl. terrenos) ascendeu a 2.117,8 milhões de Euros (-27,8 milhões de Euros, -1,3%), dos quais 1.135,3 milhões de Euros em ativos com prémio, enquanto os terrenos situaram-se nos 247,6 milhões de Euros (-12,7 milhões de Euros, -4,9%). No setor do Transporte de Gás Natural, o RAB médio situou-se nos 1.048,3 milhões de Euros (-41,0 milhões de Euros, -3,8%).



2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstrações consolidadas da posição financeira em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	Notas	Mar 2018	Dez 2017
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2.827	3.227
Goodwill	6	19.007	19.102
Ativos intangíveis	5	4.261.916	4.306.417
Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	7	159.171	162.027
Investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral	10	145.730	156.439
Instrumentos financeiros derivados	9 e 12	8.497	7.907
Outros ativos financeiros	9	31	27
Clientes e outras contas a receber	9 e 11	77.905	6.528
Ativos por impostos diferidos	8	105.630	97.737
		4.780.714	4.759.411
Corrente			
Inventários		2.958	2.958
Clientes e outras contas a receber	9 e 11	420.626	540.849
Caixa e equivalentes de caixa	13	102.291	61.458
	2	525.875	605.265
Total do Ativo	4	5.306.589	5.364.676
Capital Próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital social	14	667.191	667.191
Ações próprias	14	(10.728)	(10.728)
Prémio de emissões de ações		116.809	116.809
Reservas	15	299.929	310.192
Resultados acumulados		360.271	225.342
Outras variações no capital próprio		(5.541)	(5.541)
Resultado líquido consolidado do período atribuível a detentores de capital		13.073	125.925
Total capital próprio		1.441.004	1.429.189
Passivo			
Não corrente			
Empréstimos obtidos	9 e 16	2.462.854	2.205.390
Obrigações de benefícios de reforma e outros	17	121.029	121.977
Instrumentos financeiros derivados	9 e 12	5.665	6.960
Provisões para outros riscos e encargos	18	9.035	9.035
Fornecedores e outras contas a pagar	9 e 19	379.398	364.962
Passivos por impostos diferidos	8	99.153	99.534
		3.077.134	2.807.857
Corrente			
Empréstimos obtidos	9 e 16	295.438	624.336
Fornecedores e outras contas a pagar	9 e 19	442.021	473.337
Imposto sobre o rendimento a pagar	8 e 9	50.992	29.957
	2	788.451	1.127.630
Total Passivo	4	3.865.585	3.935.487
Total do capital próprio e passivo		5.306.589	5.364.676

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 31 de março de 2018.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas dos resultados para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	Notas	Mar 2018	Mar 2017
Vendas	20	8	15
Prestações de serviços	20	144.911	139.445
Rendimentos de construção em ativos concessionados	21	13.881	13.112
Ganhos e perdas imputadas de associadas e empreendimentos conjuntos	7	1.148	1.826
Outros rendimentos operacionais	22	9.935	5.496
Total dos rendimentos operacionais		169.883	159.894
Custo das vendas		(433)	(46)
Gastos de construção em ativos concessionados	21	(9.656)	(10.056)
Fornecimentos e serviços externos	23	(10.743)	(9.688)
Gastos com pessoal	24	(13.361)	(12.162)
Depreciações e amortizações do exercício	5	(58.671)	(54.399)
Reversões / (reforços) de provisões		-	67
Reversões / (perdas) por imparidade		(19)	(94)
Outros gastos operacionais	25	(6.943)	(3.951)
Total dos gastos operacionais		(99.826)	(90.330)
Resultado operacional		70.057	69.564
Gastos de financiamento	26	(17.946)	(18.708)
Rendimentos financeiros	26	972	2.944
Resultado financeiro		(16.974)	(15.765)
Resultado consolidado antes de impostos		53.083	53.799
Imposto sobre o rendimento	8	(14.677)	(14.526)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE)	27	(25.333)	(25.798)
Resultado líquido consolidado do período		13.073	13.475
Atribuível a:			
Acionistas do grupo REN		13.073	13.475
Interesses não controlados		-	-
Resultado líquido consolidado do período		13.073	13.475
Resultado por ação (Básico e Diluído) Euros	28	0,02	0,03

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos resultados para o período de três meses findo em 31 de março de 2018.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas do rendimento integral para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	Notas	Mar 2018	Mar 2017
Resultado líquido consolidado do período		13.073	13.475
Outros ganhos e perdas reconhecidos nos capitais próprios:			
Itens que não serão reclassificados para resultados:			
Ganhos / (perdas) atuariais		(312)	177
Efeito fiscal dos ganhos / (perdas) atuariais	8	94	(52)
Outras variações de capital próprio		51	-
Itens que poderão ser reclassificados para resultados:			
Diferenças de conversão cambial (empresas associadas)		(3.966)	(252)
Reserva de cobertura (cobertura de fluxos de caixa)	12	2.686	3.906
Efeito fiscal da reserva de cobertura	8 e 12	(564)	(616)
Reserva de justo valor (Investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral)	10	(10.721)	406
Efeito fiscal da reserva de justo valor	8 e 10	2.251	(252)
Total do rendimento consolidado integral do período		2.592	16.791
Atribuível a:			
Acionistas		2.592	16.791
Interesses não controlados		-	-
		2.592	16.791

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral para o período de três meses findo em 31 de março de 2018.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

Movimentos do exercício	Notas	Atribuível aos acionistas										
		Capital social	Ações próprias	Prêmio de emissão de ações	Reserva legal	Reserva justo valor (Nota 10)	Reserva cobertura (Nota 12)	Outras reservas	Outras variações	Resultados acumulados	Resultado período	Total
A 1 de janeiro de 2017		534.000	(10.728)	-	106.800	48.781	(13.858)	177.482	30	216.527	100.183	1.159.217
Total do rendimento integral do período		-	-	-	-	154	3.290	(252)	-	125	13.475	16.791
Aplicação de resultados		-	-	-	-	-	-	-	-	100.183	(100.183)	-
A 31 de março de 2017		534.000	(10.728)	-	106.800	48.935	(10.568)	177.230	30	316.836	13.475	1.176.011
A 31 de dezembro de 2017		667.191	(10.728)	116.809	106.800	53.778	(9.702)	159.315	(5.541)	225.342	125.925	1.429.189
Adoção da IFRS 9 - Instrumentos financeiros	3	-	-	-	-	-	-	-	-	9.223	-	9.223
A 1 de janeiro de 2018		667.191	(10.728)	116.809	106.800	53.778	(9.702)	159.315	(5.541)	234.565	125.925	1.438.411
Total do rendimento integral do período		-	-	-	-	(8.470)	2.122	(3.915)	-	(219)	13.073	2.592
Aplicação de resultados		-	-	-	-	-	-	-	-	125.925	(125.925)	-
A 31 de março de 2018		667.191	(10.728)	116.809	106.800	45.308	(7.580)	155.400	(5.541)	360.271	13.073	1.441.004

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio para o período de três meses findo em 31 de março de 2018.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	Notas	Mar 2018	Mar 2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		574.102 a)	634.639 a)
Pagamentos a fornecedores		(397.176) a)	(433.442) a)
Pagamentos ao pessoal		(14.261)	(14.633)
Recebimento / (pagamento) do imposto sobre o rendimento		(503)	(1.192)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional		12.524	(2.567)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais (1)		174.687	182.805
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Outros ativos financeiros		-	1.309
Subsídios ao investimento		3.018	-
Juros e rendimentos similares		19	-
Dividendos		1.380	1.290
Pagamentos respeitantes a:			
Participações financeiras	7	(12)	(168.618)
Ativos fixos tangíveis		(64)	(143)
Ativos fixos intangíveis		(62.255)	(68.730)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento (2)		(57.914)	(234.893)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		949.999	1.112.500
Juros e rendimentos similares		-	8
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(1.001.339)	(1.022.841)
Juros e gastos similares		(23.905)	(22.244)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento (3)		(75.245)	67.423
Aumento líquido / (diminuição) de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		41.528	15.335
Efeito das taxas de câmbio		(99)	1.710
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	13	60.449	10.680
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	13	101.880	27.725
Detalhe da caixa e equivalentes de caixa			
Caixa	13	23	21
Descobertos bancários	13	(412)	(512)
Depósitos bancários	13	102.269	28.217
		101.880	27.725

a) Estes montantes incluem os pagamentos e recebimentos relativos a atividades na qual a Empresa atua como agente e cujos rendimentos e gastos são anulados na demonstração consolidada dos resultados.

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o período de três meses findo em 31 de março de 2018.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2018

1 INFORMAÇÃO GERAL

A REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (referida neste documento como “REN” ou “Empresa” e, conjuntamente com as suas subsidiárias, designada por “Grupo” ou “Grupo REN”), com sede na Avenida Estados Unidos da América, 55 - Lisboa, resultou da cisão do grupo EDP, de acordo com os Decretos-Lei n.º 7/91, de 8 de janeiro e n.º 131/94, de 19 de maio, aprovados em Assembleia Geral em 18 de agosto de 1994, com o objeto de assegurar a gestão global do Sistema Elétrico de Abastecimento Público (“SEP”).

Até 26 de setembro de 2006, o Grupo REN tinha a sua atividade centrada no negócio da eletricidade, através da REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.. Em 26 de setembro de 2006, decorrente da transação de “*unbundling*” do negócio do gás natural, o Grupo sofreu uma alteração significativa com a compra dos ativos e participações financeiras associados às atividades de transporte, armazenamento e regaseificação de gás natural, constituindo um novo negócio.

No início de 2007, a Empresa foi transformada na “*holding*” do Grupo e redenominada, após a transferência do negócio da eletricidade para uma nova empresa constituída em 26 de setembro de 2006, a REN - Serviços de Rede, S.A., que foi em simultâneo redenominada para REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A..

O Grupo detém, presentemente, duas áreas de negócio principais, a Eletricidade e o Gás, e uma área de negócio secundária, na área de Telecomunicações.

O negócio da Eletricidade compreende as seguintes empresas:

- a) REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A., constituída em 26 de setembro de 2006, cujas atividades são desenvolvidas no âmbito de um contrato de concessão atribuído por um período de 50 anos, que se iniciou em 2007 e que estabelece a gestão global do SEP;
- b) REN Trading, S.A. constituída em 13 de junho de 2007, cuja função principal é a gestão dos Contratos de Aquisição de Energia (“CAE”) da Turbogás e da Tejo Energia que não cessaram em 30 de junho de 2007, data da entrada em vigor dos novos Contratos para a Manutenção do Equilíbrio

Contratual (“CMEC”). A atividade desta empresa compreende o comércio da eletricidade produzida e da capacidade de produção instalada junto dos distribuidores nacionais e internacionais;

c) Enondas, Energia das Ondas, S.A. foi constituída em 14 de outubro de 2010, cujo capital social é integralmente detido pela REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., e tem como atividade a gestão da concessão para a exploração de uma zona-piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar.

O negócio do Gás engloba as seguintes empresas:

a) REN Gás, S.A., constituída em 29 de março de 2011, com o objeto social de assegurar a promoção, o desenvolvimento e a condução de projetos e empreendimentos no setor do gás natural, bem como proceder à definição da estratégia global e à coordenação das sociedades em que detenha participação;

b) REN Gasodutos, S.A., constituída, em 26 de setembro de 2006, cujo capital social foi realizado através da integração das infraestruturas de transporte de gás (rede, ligações e compressão);

c) REN Armazenagem, S.A., constituída em 26 de setembro de 2006, cujo capital social foi realizado pela integração dos ativos de armazenamento subterrâneo de gás;

d) REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A., adquirida no âmbito da aquisição do negócio do gás, anteriormente designada por “SGNL - Sociedade Portuguesa de Gás Natural Liquefeito”. A atividade desta empresa consiste no fornecimento de serviços de receção, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito através do terminal marítimo de GNL, sendo responsável pela construção, utilização e manutenção das infraestruturas necessárias;

e) REN Gás Distribuição SGPS S.A., adquirida no âmbito de expansão do negócio do gás no dia 4 de outubro de 2017. A atividade da empresa consiste na gestão de participações noutras sociedades como forma indireta de exercício de atividades económicas;

f) REN Portgás Distribuição, S.A. (“REN Portgás”), adquirida no âmbito de expansão do negócio do gás no dia 4 de outubro de 2017. A atividade da empresa consiste na distribuição de gás natural em baixa e média pressão, bem como a produção e distribuição de outros gases combustíveis canalizados e, ainda, outras atividades relacionadas com o objeto principal, designadamente a produção e comercialização de equipamentos de queima;

g) REN Portgás GPL, S.A., adquirida no âmbito de expansão do negócio do gás no dia 4 de outubro de 2017. A atividade da empresa consiste: a) na comercialização de energia sob a forma de gás de petróleo liquefeito, propano ou outro, em conformidade com as licenças de que for titular, designadamente, a compra e venda, incluindo a revenda, de gás de petróleo liquefeito, para comercialização a clientes finais ou outros agentes, através da celebração de contratos bilaterais ou da participação em outros mercados; b) o desenvolvimento e exploração de infra-estruturas de gás não reservadas por lei; c) a prestação de serviços de auditoria, manutenção e reparação de instalações de consumo de gás de petróleo liquefeito, bem como a prestação de serviços de valor acrescentado na área da comercialização e do consumo; d) a prestação de serviços de estudo, consultoria e pesquisa de sistemas e processos no sector do gás de petróleo liquefeito.

As atividades das empresas indicadas nas alíneas b) a d) acima são desenvolvidas no âmbito de três contratos de concessão atribuídos em separado, por um período de 40 anos com início em 2006. Por sua vez a empresa na alínea f) desenvolve a sua atividade por contrato de concessão atribuída por um período de 40 anos, com início no ano de 2008.

O negócio das telecomunicações é gerido pela RENTELECOM Comunicações, S.A., cuja atividade consiste no estabelecimento, gestão e utilização dos sistemas e infraestruturas de telecomunicações, fornecendo serviços de comunicação e tirando proveito da capacidade excedentária de fibras óticas e instalações pertencentes ao Grupo REN.

A REN SGPS detém a 100% a empresa REN Serviços, S.A., cujo objeto social é a prestação de serviços em matéria energética e de serviços genéricos de apoio ao desenvolvimento do negócio, de forma remunerada, quer em empresas que com ela se encontrem em relação de grupo, quer a quaisquer terceiros, bem como a gestão de participações sociais que a sociedade detenha em outras sociedades.

Em 10 de maio de 2013 foi constituída a REN Finance, B.V., empresa totalmente detida pela REN SGPS, com sede na Holanda, cujo objeto social é participar, financiar, colaborar e conduzir a gestão de empresas relacionadas.

Adicionalmente, em 24 de maio de 2013, em conjunto com a China Electric Power Research Institute, sociedade do Grupo State Grid foi constituído o Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A. (“Centro de Investigação”) em regime de *joint venture*, no qual o Grupo detém 1.500.000 ações representativas de 50% do respetivo capital.

O objeto social desta sociedade visa a implementação de um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Portugal, dedicado à pesquisa, desenvolvimento, inovação e demonstração nas áreas de transporte de eletricidade e gestão de sistemas, a prestação de serviços de consultoria e serviços de educação e formação no âmbito destas atividades, bem como a realização de todas as atividades conexas e a prestação de serviços complementares, conexas ou acessórios ao seu objeto social.

Em 14 de dezembro de 2016 foi constituída a Aéreo Chile SPA, empresa totalmente detida pela REN Serviços, S.A., com sede em Santiago no Chile, cujo objeto social é a realização de investimentos em bens, ações, direitos de sociedades e associações.

Em 31 de março de 2018 as principais participações que a REN detém são:

a) Uma participação de 42,5% do capital da empresa chilena Electrogas, S.A., que tem por objeto social a prestação de serviços de transporte de gás natural e outros combustíveis. Esta participação foi adquirida no dia 7 de fevereiro de 2017;

b) Uma participação de 40% do capital da empresa OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A. (“OMIP SGPS”) que tem por objeto social a gestão de participações noutras sociedades, como forma indireta do exercício de atividades económicas;

c) Uma participação de 10% no capital social do OMEL, Operador del Mercado Ibérico de Energia, S.A., polo espanhol do Operador Único;

d) Uma participação de 1% na Red Eléctrica Corporación, S.A. (“REE”), entidade responsável pela gestão da rede elétrica em Espanha;

e) Uma participação de 7,9% no capital social da Coreso, S.A. (“Coreso”), entidade que assiste os operadores das redes de transporte (“TSO”) Europeus em atividades de coordenação e segurança para permitir o fornecimento de eletricidade em segurança na Europa;

f) Participações no capital social das empresas: (i) Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A. (“HCB”), participação de 7,5%; e (ii) MIBGÁS, S.A., participação de 6,67%.

1.1. Perímetro de consolidação

As Empresas incluídas no perímetro consolidação, suas sedes sociais, proporção do capital e principais atividades em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 são as seguintes:

Designação / sede	Principal Atividade	Março 2018		Dez 2017	
		Percentagem de capital detido		Percentagem de capital detido	
		Grupo	Individual	Grupo	Individual
Empresa-mãe:					
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	Sociedade gestora de participações sociais	-	-	-	-
Subsidiárias:					
Segmento da Eletricidade:					
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Operador da Rede Nacional de Transporte em muito alta tensão	100%	100%	100%	100%
REN Trading, S.A. Praça de Alvalade, nº7 - 12º Dto, Lisboa	Compra, venda, importação e exportação de eletricidade e de gás natural	100%	100%	100%	100%
Enondas-Energia das Ondas, S.A. Mata do Urso - Guarda Norte - Carriço - Pombal	Gestão da concessão para a exploração de uma zona-piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar.	100%	100%	100%	100%
Segmento de Telecomunicações:					
RENTELECOM - Comunicações S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Operador da rede de telecomunicações	100%	100%	100%	100%
Outros segmentos:					
REN - Serviços, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Back-office e gestão de participações sociais	100%	100%	100%	100%
REN Finance, B.V. De Cuserstraat, 93, 1081 CN Amsterdam, The Netherlands	Participar, financiar, colaborar, conduzir a gestão de empresas relacionadas com o Grupo REN.	100%	100%	100%	100%
Segmento do Gás Natural:					
REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A. Terminal de GNL - Sines	Responsável pela regaseificação do GNL e pela manutenção e utilização do terminal de gás natural liquefeito	100%	100%	100%	100%
Detida pela REN Serviços, S.A.:					
REN Gás, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - 12º - Lisboa	Gestão de projetos e empreendimentos no setor do gás natural	100%	-	100%	-
Aéreo Chile SPA Santiago do Chile	Responsável pela realização de investimentos em bens, ações, direitos de sociedades e associações.	100%	-	100%	-
Detidas pela REN Gás, S.A.:					
REN - Armazenagem, S.A. Mata do Urso - Guarda Norte - Carriço - Pombal	Desenvolvimento, manutenção e utilização do armazenamento subterrâneo de gás natural	100%	-	100%	-
REN - Gasodutos, S.A. Estrada Nacional 116, km 32,25 - Vila de Rei - Bucelas	Operador RNTGN e gere o negócio do gás natural	100%	-	100%	-
REN Gás Distribuição SGPS, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Gestão de participações noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas	100%	-	100%	-
Detidas pela REN Gás Distribuição SGPS S.A.:					
REN Portgás Distribuição, S.A. Rua Linhas de Torres, 41 - Porto	Distribuição de gás natural	100%	-	100%	-
Detidas pela REN Portgás Distribuição, S.A.:					
REN Portgás GPL, S.A. Rua Linhas de Torres, 41 - Porto	A comercialização de energia sob a forma de gás de petróleo liquefeito, propano ou outro	100%	-	100%	-

Não existiram alterações ao perímetro de consolidação em 2018 face ao reportado em 31 de dezembro de 2017.

1.2. Aprovação das demonstrações financeiras consolidadas trimestrais

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 3 de maio de 2018. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34).

2 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas para o período de três meses findo em 31 de março de 2018, foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34). As demonstrações financeiras apresentadas de forma condensada devem ser lidas conjuntamente com as demonstrações financeiras anuais emitidas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de o Grupo operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em particular verifica-se que em 31 de março de 2018 que o passivo corrente no montante de 788.451 milhares de Euros é superior ao ativo corrente cujo montante total ascende a 525.875 milhares de Euros.

Contudo, para além dos resultados e fluxos de caixa consolidados projetados para o exercício de 2018, o Grupo dispõe com referência a 31 de março de 2018, de linhas de crédito, sob a forma de papel comercial, disponíveis para utilização no montante de 925.000 milhares de Euros, encontrando-se uma parte substancial com garantia de colocação (Nota 16).

Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que o Grupo dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em milhares de Euros - mEuros, arredondadas ao milhar mais próximo.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34) no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com as normas contabilísticas em vigor em Portugal, ajustados no processo de consolidação de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2018.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, que as Normas Internacionais de Relato financeiro (“IFRS” - International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respetivas interpretações - SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standard Interpretation Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas na União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por IFRS.

As políticas contabilísticas adotadas nestas demonstrações financeiras consolidadas são consistentes, em todos os aspetos materialmente relevantes, com as políticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, conforme descrito no anexo às demonstrações financeiras consolidadas de 2017, exceto na adoção da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, em detrimento da IAS 39, tendo em conta a aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício iniciado em 1 de janeiro de 2018. As restantes políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos apresentados.

Adoção de normas e interpretações novas emendadas ou revistas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (*endorsed*) pela União Europeia e são de aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018:

- **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros**

Em julho de 2014, o IASB (*International Accounting Standards Board*) emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (“IFRS 9”). A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016.

O Grupo efetuou a adoção da IFRS 9 tendo como impacto: (i) um acréscimo dos capitais próprios, através do registo na rubrica de “Resultados acumulados”, no montante de 9.223 milhares de Euros (líquido de impostos no montante de 2.615 milhares de Euros); e (ii) um decréscimo do passivo, na rubrica de “Empréstimos obtidos”, no montante de 11.838 milhares de Euros, na data de adoção a 1 de janeiro de 2018, maioritariamente relativo às alterações na mensuração de passivos financeiros no âmbito da operação de troca de obrigações vincendas efetuada em 2016 pelo Grupo.

I. Classificação e mensuração

A IFRS 9 apresenta uma nova abordagem de classificação e mensuração para os ativos financeiros que reflete o modelo de negócio utilizado na sua gestão e as características dos fluxos de caixa contratuais.

A IFRS 9 determina três principais categorias de classificação dos ativos financeiros: mensuradas ao custo amortizado, ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral (FVOCI) e pelo Justo Valor através de Resultados (FVTPL). A IFRS 9 elimina as categorias de IAS 39: Detidos até à Maturidade (HTM), Contas a Receber e Disponíveis para Venda (AFS).

De acordo com a IFRS 9, contratos com derivados embutidos não poderão ser bifurcados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido deverá ser avaliado e classificado como um único ativo financeiro mensurado a justo valor por resultados.

Com base na avaliação dos novos requisitos de classificação não decorrem impactos significativos na contabilização dos seus ativos financeiros.

II. Imparidade

A IFRS 9 substitui o modelo de "perda incorrida" da IAS 39 por um modelo de "perda esperada" de crédito (ECL). Como tal, deixará de ser necessário que o evento de perda ocorra para que seja reconhecida imparidade.

O novo modelo de imparidade será aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou FVOCI, com exceção de investimentos em instrumentos de capital próprio.

De acordo com a IFRS 9, as perdas serão mensuradas numa das seguintes bases:

- ECL de 12 meses, que resultam de possíveis eventos de default nos 12 meses após a data do reporte; e
- ECLs Lifetime, que resultam de todos os eventos de default durante a vida esperada de um instrumento financeiro.

Caso o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, deverá ser reconhecida uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estima poder ocorrer nos próximos 12 meses. Caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente, deverá ser reconhecida uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estima poder ocorrer até à respetiva maturidade do ativo.

Não decorrem impactos significativos na imparidade pela adoção da IFRS 9.

III. Classificação - Passivos Financeiros

A IFRS 9 mantém os requisitos existentes na IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

No entanto, de acordo com a IAS 39, todas as variações de Justo Valor dos passivos designados como FVTPL são reconhecidas nos Resultados, enquanto que, de acordo com a IFRS 9, essas mudanças no Justo Valor são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- O valor da variação no Justo Valor que é atribuível a mudanças no risco de crédito do passivo é apresentado no Outro resultado integral (OCI) e não é transferível para resultados; e
- O valor restante da variação no Justo Valor é apresentado em Resultados.

O Grupo ainda não designou nenhum passivo financeiro como FVTPL e, atualmente, não tem intenção de o fazer. A avaliação preliminar do Grupo não indicou qualquer impacto relevante se

os requisitos da IFRS 9 relativos à classificação de passivos financeiros fossem aplicados a 1 de janeiro de 2018.

Adicionalmente, de acordo com a IFRS 9 e conforme confirmação do Interpretations Committee do IASB, passivos financeiros modificados que não resultam em desreconhecimento devem ser mensurados na data da sua modificação pelo seu valor presente, aplicando como taxa de desconto a taxa efetiva original do passivo, sendo qualquer diferença reconhecida como um ganho ou perda nos resultados do exercício. O tratamento ao abrigo da IAS 39 permitia o diferimento desse diferencial através da taxa de juro efetiva, tratamento aplicado pela REN no âmbito da operação de troca de obrigações vincendas efetuada em 2016. Esta alteração apresenta um decréscimo no valor contabilístico dos respetivos passivos financeiros no montante de 11.838 milhares de Euros e um acréscimo no capital próprio da REN no montante 9.223 milhares de Euros (líquido de impostos no montante de 2.615 milhares de Euros).

IV. Contabilidade de Cobertura

À data de aplicação inicial da IFRS 9, o Grupo pode escolher como política contabilística manter os requerimentos relativos à contabilidade de cobertura da IAS 39 em vez dos da IFRS 9. O plano atual do grupo passa pela aplicação da IFRS 9.

O Grupo REN decidiu adotar a componente de contabilidade de cobertura da IFRS 9, sendo que não decorrem impactos significativos pela adoção da componente de contabilidade de cobertura da IFRS 9.

V. Divulgações

A IFRS 9 requer novas divulgações, em particular no que diz respeito à contabilidade de cobertura, risco de crédito e perdas esperadas. O Grupo irá efetuar tais divulgações no âmbito do seu relatório anual.

- **IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes**

Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de ativos ou prestação de serviços; i) estabelece que a empresa reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita; ii) e o montante que reflete a contraprestação a que a empresa tem direito, como estabelecido na “metodologia das 5 etapas”. Da adoção desta norma não decorrem impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- **Alterações à IFRS 2 - Pagamento com base em ações**

Esta alteração clarifica as bases de mensuração das transações de pagamentos baseados em ações que são liquidadas financeiramente (“*cash-settled*”), assim como a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente (“*cash-settled*”) para liquidado com capital próprio (“*equity-settled*”). Uma alteração adicional é a introdução de uma exceção aos princípios da IFRS 2, a qual passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio (“*equity-settled*”), quando o empregador seja obrigado a reter um montante do valor do plano para pagamento do imposto a que o empregado está sujeito, e pagar a quantia à autoridade fiscal. Da adoção desta norma não decorrem impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- **Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2014-2016)**

Ciclicamente são introduzidos melhoramentos que visam clarificar e simplificar a aplicação do normativo internacional. As alterações introduzidas no ciclo 2014-2016 incidiram na revisão: (i) da norma IFRS 1 (esta melhoria elimina as isenções temporárias previstas na transição para as IFRS, para a IFRS 7 e IAS 19, uma vez que estas já não são aplicáveis ao abrigo das respetivas normas); (ii) da norma IFRS 12 (esta melhoria clarifica que o âmbito da IFRS 12 inclui participações financeiras em subsidiárias, associadas e/ou empreendimentos conjuntos que fazem parte de grupos detidos para alienação (no âmbito da IFRS 5) e que a isenção da IFRS 12 respeita apenas à divulgação de informação financeira resumida destas entidades); e (iii) da norma IAS 28 (esta melhoria clarifica que os investimentos em associadas ou empreendimentos conjuntos detidos por uma sociedade de capital de risco podem ser mensurados ao justo valor de acordo com a IFRS 9, de forma individual). Da adoção desta norma não decorrem impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- **Alterações à IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira**

A IFRIC 22 corresponde a uma interpretação à IAS 21 - ‘Os efeitos de alterações em taxas de câmbio’, referindo-se à determinação da ‘data da transação’ quando uma entidade paga ou

recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira, sendo o fator que determina a taxa de câmbio a usar para conversão cambial das transações em moeda estrangeira à data da transação. Da adoção desta norma não decorrem impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- **Alterações à IAS 40 - Propriedades de investimento**

Esta alteração clarifica que a transferência de ativos só pode ser efetuada (de e para a categoria de propriedades de investimento) quando existe evidência da sua alteração de uso, sendo que a alteração de intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência. Da adoção desta norma não decorrem impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (*endorsed*) pela União Europeia e apenas são de aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

- **IFRS 16 - Locações (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019)**

Esta norma substitui a IAS 17 - “Locações” e as interpretações associadas, com impacto na contabilização efetuada pelos locatários são obrigados a reconhecer para os contratos de locação, um passivo de locação correspondente aos pagamentos futuros das rendas da locação e respetivamente um ativo relativo ao “direito de uso”. Da futura adoção desta norma não se estima que ocorram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- **Alterações à IFRS 9 - Recursos de pré-pagamento com compensação negativa antecedentes (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019)**

Esta alteração, permite a classificação/mensuração de ativos financeiros ao custo amortizado mesmo que incluam condições que permitem o pagamento antecipado por um valor de contraprestação inferior ao valor nominal (“compensação negativa”), tratando-se de uma isenção aos requisitos previsto na IFRS 9 para a classificação de ativos financeiros ao custo amortizado. Adicionalmente, também é clarificado que quando se verifique uma modificação às condições de um passivo financeiro que não dê origem ao desreconhecimento, a diferença de mensuração tem de ser registada de imediato nos resultados do exercício. Da futura adoção desta norma não se estima que ocorram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

A Empresa não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de março de 2018.

Normas e interpretações, emendadas ou revistas não aprovadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados	Resumo
IFRS 17 - Contratos de seguros	01-jan-21	A IFRS 17 substitui a IFRS 4 – “Contratos de seguro”, a norma que vigora de forma interina desde 2004. A IFRS 17 é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária.
IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento de impostos	01-jan-19	A IFRIC 23 corresponde a uma interpretação à IAS 12 – ‘Imposto sobre o rendimento’, referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração Fiscal.
Alterações à IAS 28 - Interesses em associadas e joint ventures	01-jan-19	Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9. Esta clarificação determina que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos, estejam sujeitos às regras de imparidade da IFRS 9 (modelo das 3 fases das perdas esperadas), antes de ser considerado para efeitos de teste de imparidade ao investimento global numa associada ou empreendimento conjunto, quando existam indicadores de imparidade.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2015-2017)	01-jan-19	As alterações no ciclo 2015-2017 incidiram sobre as seguintes normas: (i) IAS 23 - Esta melhoria clarifica que na determinação da taxa de média ponderada dos custos de empréstimos genéricos obtidos, para capitalização nos ativos qualificáveis, devem ser incluídos os custos dos empréstimos obtidos especificamente para financiar ativos qualificáveis, quando os ativos específicos já se encontrem na condição de uso pretendido.; (ii) IAS 12 - Esta melhoria clarifica que o impacto fiscal da distribuição de dividendos deve ser reconhecido na data em que é registada a responsabilidade de pagar, devendo ser reconhecido por contrapartida de resultados do exercício, outro rendimento integral ou capital próprio consoante onde a entidade registou originalmente a transação ou evento que deu origem aos dividendos; e (iii) IFRS 3 e IFRS 11 - Estas melhorias clarificam que: i) na obtenção de controlo sobre um negócio que é uma operação conjunta, os interesses detidos anteriormente pelo investidor são remensurados ao justo valor; ii) quando um investidor numa operação conjunta, que não exerce controlo conjunto, obtém controlo conjunto numa operação conjunta que é um negócio, o interesse detido anteriormente não é remensurado.
Emendas à IAS 19: Alteração do Plano, Restrição ou Liquidação	01-jan-19	Se uma emenda, corte ou liquidação do plano ocorrer, agora é obrigatório que o custo do serviço corrente e os juros líquidos do período após a remensuração sejam determinados usando os pressupostos usados para a remensuração. Além disso, foram incluídas alterações para esclarecer o efeito de uma alteração, redução ou liquidação do plano sobre os requisitos relativos ao limite máximo do ativo.
Emendas a referências à Estrutura Conceptual nas Normas IFRS	01-jan-20	A Estrutura Conceptual revista inclui: um novo capítulo sobre mensuração; orientação sobre relatórios de desempenho financeiro; definições de um ativo e um passivo e orientação que apoia essas definições; e esclarecimentos em áreas importantes, tais como as funções de administração, prudência e incerteza de mensuração em relatórios financeiros.

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no período findo em 31 de março de 2018.

4 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

O Grupo está organizado em dois principais segmentos de negócios, a Eletricidade e o Gás, e um segmento secundário. O segmento da Eletricidade inclui as atividades de transporte de eletricidade em muito alta tensão, a gestão global do sistema elétrico de abastecimento público, a gestão dos contratos de aquisição de energia não cessados em 30 de junho de 2007 e a gestão da concessão para a exploração de uma zona-piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar. O segmento do Gás inclui o transporte de gás em muito alta pressão, a gestão global do sistema nacional de abastecimento de gás natural, a operação de regaseificação no terminal GNL, a distribuição de gás natural em baixa e média pressão e o armazenamento subterrâneo de gás natural.

Embora as atividades do terminal GNL e do armazenamento subterrâneo possam ser vistas como distintas da atividade decorrente do transporte de gás e da gestão global do sistema nacional de gás natural, uma vez que estas atividades prestam serviços a um único utilizador, o qual é também o principal utilizador da rede de transporte de gás em alta pressão, considerou-se que as mesmas estão sujeitas a riscos e benefícios similares.

O segmento de telecomunicações é também apresentado separadamente, embora não se qualifique para divulgação.

A gestão dos financiamentos externos encontra-se centralizada na REN SGPS, S.A., tendo a Empresa optado pela apresentação das rubricas do ativo e do passivo separadas das eliminações efetuadas no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, tal como utilizado pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais.

Os resultados por segmento para o período de três meses findo em 31 de março de 2018 são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Vendas e prestações de serviços	90.834	55.755	1.569	8.879	(12.119)	144.919
Inter-segmentos	79	3.719	-	8.321	(12.119)	-
Externas	90.755	52.036	1.569	558	-	144.919
Rendimentos de construção em ativos concessionados	8.709	5.173	-	-	-	13.881
Gastos de construção em ativos concessionados	(5.418)	(4.238)	-	-	-	(9.656)
Ganhos e perdas imputadas de associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	1.148	-	1.148
Fornecimentos e serviços externos	(9.766)	(10.874)	(345)	(3.375)	13.617	(10.743)
Gastos com pessoal	(4.753)	(3.088)	(66)	(5.454)	-	(13.361)
Outros gastos e rendimentos operacionais	4.219	(613)	(4)	456	(1.497)	2.559
Cash flow operacional	83.824	42.114	1.154	1.654	-	128.747
Gastos não reembolsáveis						
Depreciações e amortizações	(38.857)	(19.760)	(7)	(47)	-	(58.671)
Reversões/ (reforços) de imparidade	-	-	-	(19)	-	(19)
Resultados de financiamento						
Rendimentos financeiros	153	3.047	8	37.323	(39.559)	972
Gastos de financiamento	(11.772)	(7.066)	-	(38.666)	39.559	(17.946)
Resultado antes de impostos	33.347	18.334	1.156	244	-	53.083
Imposto sobre o rendimento	(9.954)	(5.193)	(272)	741	-	(14.677)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE)	(18.123)	(7.210)	-	-	-	(25.333)
Resultado líquido do exercício	5.270	5.932	884	985	-	13.073

Os resultados por segmento para o período de três meses findo em 31 de março de 2017 são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Vendas e prestações de serviços	96.768	41.451	1.284	7.797	(7.780)	139.460
Inter-segmentos	183	101	15	7.481	(7.780)	-
Externas	96.586	41.349	1.269	256	-	139.460
Rendimentos de construção em ativos concessionados	11.774	1.338	-	-	-	13.112
Gastos de construção em ativos concessionados	(9.110)	(946)	-	-	-	(10.056)
Ganhos e perdas imputadas de associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	1.826	-	1.826
Fornecimentos e serviços externos	(8.694)	(5.990)	(351)	(3.984)	9.331	(9.688)
Gastos com pessoal	(5.042)	(1.773)	(63)	(5.285)	-	(12.162)
Outros gastos e rendimentos operacionais	2.510	468	(10)	82	(1.551)	1.499
Cash flow operacional	88.207	34.548	860	376	-	123.992
Gastos não reembolsáveis						
Depreciações e amortizações	(39.309)	(15.034)	(2)	(54)	-	(54.399)
Reversões/ (reforços) de imparidade	-	-	-	(94)	-	(94)
Resultados de financiamento						
Rendimentos financeiros	184	3.475	9	43.732	(44.456)	2.944
Gastos de financiamento	(17.512)	(7.835)	-	(37.818)	44.456	(18.708)
Resultado antes de impostos	31.570	15.155	866	6.209	-	53.799
Imposto sobre o rendimento	(9.186)	(4.026)	(195)	(1.119)	-	(14.526)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE)	(18.362)	(7.435)	-	-	-	(25.798)
Resultado líquido do exercício	4.021	3.694	671	5.091	-	13.475

As transações inter-segmentos são efetuadas a condições e termos de mercado, equiparáveis às transações efetuadas com entidades terceiras.

O rédito incluído no segmento “Outros” refere-se, essencialmente, à prestação de serviços de administração e de *back office* a entidades do Grupo e a terceiras entidades.

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o período de três meses findo em 31 de março de 2018, são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Ativos do segmento						
Participações financeiras	-	1.038.471	-	1.736.719	(2.775.190)	-
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	2.597.757	1.665.767	53	446	-	4.264.023
Outros ativos	590.241	1.693.894	7.692	8.185.673	(9.434.933)	1.042.565
Total do ativo	3.187.998	3.359.661	7.745	8.186.118	(9.434.933)	5.306.589
Total do passivo	2.516.071	1.641.352	2.774	6.365.032	(6.659.644)	3.865.585
Total do investimento no exercício	8.709	5.172	-	56	-	13.937
Investimento em ativos fixos tangíveis (Nota 5)	-	3	-	56	-	59
Investimento em ativos intangíveis - Ativos de concessão (Nota 5)	8.709	5.169	-	-	-	13.878
Investimentos em associadas (Nota 7)	-	-	-	156.458	-	156.458
Investimentos em empreendimentos conjuntos (Nota 7)	-	-	-	2.713	-	2.713

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Ativos do segmento						
Participações financeiras	-	1.036.482	-	1.754.181	(2.790.663)	-
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	2.627.875	1.537.819	60	503	143.386	4.309.644
Outros ativos	621.858	690.228	6.619	6.098.689	(6.362.361)	1.055.032
Total do ativo	3.249.733	3.264.528	6.680	7.853.373	(9.009.638)	5.364.676
Total do passivo	2.582.858	1.670.210	2.593	6.008.028	(6.328.202)	3.935.487
Total do investimento no exercício	134.891	20.090	-	286	-	155.267
Investimento em ativos fixos tangíveis (Nota 5)	-	330	-	286	-	616
Investimento em ativos intangíveis - Ativos de concessão (Nota 5)	134.891	19.760	-	-	-	154.651
Investimentos em associadas (Nota 7)	-	-	-	159.216	-	159.216
Investimentos em empreendimentos conjuntos (Nota 7)	-	-	-	2.811	-	2.811

Os passivos incluídos no segmento “Outros” correspondem, essencialmente, a financiamentos externos obtidos diretamente pela REN SGPS, S.A. e REN Finance, B.V. para financiamento das diversas atividades do Grupo REN.

As rubricas da demonstração da posição financeira e da demonstração dos resultados para cada segmento de negócio resultam dos montantes registados diretamente nas demonstrações financeiras individuais das empresas que constituem o Grupo incluídas no perímetro de cada segmento, corrigidas da anulação das transações intra-segmentos.

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2018, os movimentos reconhecidos nos ativos fixos tangíveis e intangíveis foram como se segue:

	1 de janeiro de 2018			Movimentos					31 de março de 2018		
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates e outras reclassificações	Transferências	Depreciação - exercício	Depreciação - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Ativos fixos tangíveis:											
Equipamento básico e outros	259	(107)	152	8	-	21	(181)	-	288	(288)	0
Equipamento de transporte	1.112	(365)	748	45	(277)	-	(49)	138	880	(276)	605
Equipamento administrativo	1.791	(386)	1.405	3	-	-	(87)	1	1.794	(472)	1.322
Edifícios e outras construções	27	(14)	13	-	-	-	(1)	-	27	(15)	12
Ativos tangíveis em curso	910	-	910	-	-	(21)	-	-	889	-	889
	4.099	(871)	3.227	56	(277)	-	(318)	139	3.878	(1.050)	2.827
	1 de janeiro de 2018			Movimentos					31 de março de 2018		
	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates e outras reclassificações	Transferências	Depreciação - exercício	Depreciação - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Ativos intangíveis:											
Ativos de concessão	8.072.173	(3.838.256)	4.233.918	82	(426)	2.076	(58.351)	396	8.073.905	(3.896.211)	4.177.694
Ativos intangíveis em curso - ativos de concessão	72.499	-	72.499	13.799	-	(2.076)	-	-	84.222	-	84.222
	8.144.672	(3.838.256)	4.306.417	13.881	(426)	-	(58.351)	396	8.158.127	(3.896.211)	4.261.916
Total do ativo fixo tangível e intangível	8.148.770	(3.839.128)	4.309.644	13.937	(703)	-	(58.671)	535	8.162.004	(3.897.262)	4.264.743

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 os movimentos reconhecidos nos ativos fixos tangíveis e intangíveis são como se segue:

	1 de janeiro de 2017			Movimentos						31 de dezembro de 2017		
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido	Variações do perímetro	Adições	Alienações e abates e outras reclassificações	Transferências	Depreciação - exercício	Depreciação - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Ativos fixos tangíveis:												
Equipamento básico e outros	103	(103)	-	156	-	-	-	(4)	-	259	(107)	152
Equipamento de transporte	931	(453)	479	393	227	(439)	-	(235)	323	1.112	(365)	748
Equipamento administrativo	299	(217)	81	1.297	65	(8)	138	(177)	8	1.791	(386)	1.405
Edifícios e outras construções	27	(9)	18	-	-	-	-	(5)	-	27	(14)	13
Ativos tangíveis em curso	-	-	-	724	324	-	(138)	-	-	910	-	910
	1.360	(782)	578	2.570	616	(447)	-	(421)	331	4.099	(871)	3.227
	1 de janeiro de 2017			Movimentos						31 de dezembro de 2017		
	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Ativo líquido	Variações do perímetro	Adições	Alienações e abates e outras reclassificações	Transferências	Depreciação - exercício	Depreciação - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Ativos intangíveis:												
Ativos de concessão	7.365.215	(3.618.333)	3.746.882	542.219	6.599	(2.436)	160.576	(221.570)	1.646	8.072.173	(3.838.256)	4.233.918
Ativos intangíveis em curso - ativos de concessão	78.831	-	78.831	6.192	148.052	-	(160.576)	-	-	72.499	-	72.499
	7.444.045	(3.618.333)	3.825.712	548.411	154.651	(2.436)	-	(221.570)	1.646	8.144.672	(3.838.256)	4.306.417
Total do ativo fixo tangível e intangível	7.445.405	(3.619.115)	3.826.290	550.981	155.267	(2.883)	-	(221.991)	1.978	8.148.770	(3.839.128)	4.309.644

As principais adições verificadas em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 detalham-se como se segue:

	Mar 2018	Dez 2017
Segmento eletricidade:		
Construção de linhas de 150KV e 220KV e outras	2.025	12.660
Construção de linha de 400 KV	795	49.317
Construção de novas subestações	172	6.671
Ampliação de subestações	3.981	38.071
Outras remodelações em subestações	663	4.428
Sistema de informação e telecomunicações	760	7.390
Construção zona-piloto - energia das ondas	51	205
Edifícios afetos à concessão	98	13.472
Outros ativos	164	2.676
Segmento gás:		
Projetos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	795	8.228
Projeto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	89	1.586
Projetos construção e <i>upgrade</i> de operacionalidade - Instalações de GNL	463	4.416
Projetos de distribuição de gás natural	3.825	5.859
Segmentos outros:		
Outros ativos	56	286
Total das adições	13.937	155.267

As principais transferências nos períodos findos em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 detalham-se como se segue:

	Mar 2018	Dez 2017
Segmento eletricidade:		
Construção de linhas de 150KV e 220KV e outras	-	12.607
Construção de linha de 400 KV	-	51.149
Ampliação de subestações	-	49.763
Outras remodelações em subestações	50	5.155
Sistema de informação e telecomunicações	-	7.623
Edifícios afetos à concessão	-	13.803
Outros ativos concessionados	-	1.491
Segmento gás:		
Projetos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	-	7.931
Projeto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	-	1.269
Projetos construção e <i>upgrade</i> de operacionalidade - Instalações de GNL	-	4.410
Projetos de distribuição de gás natural	2.047	5.512
Total das transferências	2.097	160.714

Os ativos intangíveis em curso em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 são conforme se segue:

	Mar 2018	Dez 2017
Segmento eletricidade:		
Projetos de linhas 150KV/220KV e 400KV	30.182	27.363
Ampliação e remodelação de subestações	31.429	26.785
Projetos de novas estações	5.995	5.823
Edifícios afetos à concessão	844	796
Outros projetos	1.711	710
Segmento gás:		
Projetos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	6.835	6.047
Projeto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	2.579	2.490
Projetos construção e <i>upgrade</i> de operacionalidade - Instalações de GNL	864	403
Projetos de distribuição de gás natural	3.782	2.082
Total do ativo em curso	84.222	72.499

Os encargos financeiros capitalizados em ativos intangíveis em curso, no período findo em 31 de março de 2018, ascenderam a 410 milhares de Euros (2.703 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2017), enquanto os encargos de estrutura e de gestão ascenderam a 3.815 milhares de Euros (15.265 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2017) (Nota 21).

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o valor líquido dos ativos intangíveis que foram financiados através de contratos de locação financeira, é como se segue:

	Mar 2018	Dez 2017
Valor bruto	6.732	6.517
Amortizações e depreciações acumuladas	(3.079)	(2.624)
Valor líquido	3.653	3.893

6 GOODWILL

A rubrica de “*Goodwill*” representa a diferença entre o montante pago na aquisição e o justo valor da situação patrimonial das empresas adquiridas, à data da aquisição do negócio, e em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 detalha-se da seguinte forma:

Subsidiárias	Ano de aquisição	Custo de aquisição	%	Mar 2018	Dez 2017
REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A.	2006	32.580	100%	2.925	3.020
REN Gás Distribuição SGPS, S.A.	2017	517.862	100%	16.082	16.082
				<u>19.007</u>	<u>19.102</u>

O movimento no período findo em 31 de março de 2018 foi o seguinte:

Subsidiárias	Saldo em 1 de janeiro de 2017			Saldo em 31 de dezembro de 2017			Saldo em 31 de março de 2018
	Aumentos	Diminuições		Aumentos	Diminuições		
REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A.	3.397	-	(377)	3.020	-	(95)	2.925
REN Gás Distribuição SGPS, S.A.	-	16.082	-	16.082	-	-	16.082
	<u>3.397</u>	<u>16.082</u>	<u>(377)</u>	<u>19.102</u>	-	<u>(95)</u>	<u>19.007</u>

7 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 a informação financeira relativa às participações financeiras detidas detalha-se da seguinte forma:

Empresa	Atividade	Sede social	31 de março de 2018											Valor escriturado	Proporção no resultado
			Capital social	Ativo corrente	Ativo não corrente	Passivo corrente	Passivo não corrente	Rendimentos	Resultado líquido	Capital próprio	Rendimento integral total	%			
Método da equivalência patrimonial:															
Associada:															
OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.	Gestão de participações	Lisboa	2.610	259	26.222	394	-	610	(333)	26.086	25.753	40	10.228	(120)	
Electrogas, S.A.	Transporte de Gás	Chile	17.260	9.243	44.465	16.136	12.900	6.294	3.209	30.399	33.608	42,5	146.230	1.367	
													<u>156.458</u>	<u>1.246</u>	
Empreendimento conjunto:															
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	Investigação e Desenvolvimento	Lisboa	3.000	5.714	429	691	19	243	(196)	5.432	5.236	50	2.713	(98)	
													<u>159.171</u>	<u>1.148</u>	

31 de dezembro de 2017														
Empresa	Atividade	Sede social	Capital social	Ativo corrente	Ativo não corrente	Passivo corrente	Passivo não corrente	Rendimentos	Resultado líquido	Capital próprio	Rendimento integral total	%	Valor escriturado	Proporção no resultado
Método da equivalência patrimonial:														
Associada:														
OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.	Gestão de participações	Lisboa	2.610	480	26.467	561	-	1.488	(1.103)	26.387	25.284	40	10.348	(1.317)
Electrogas, S.A.	Transporte de Gás	Chile	17.732	6.456	46.773	6.227	13.220	31.129	16.062	33.782	49.844	42,5	148.868	7.247
													159.216	5.930
Empreendimento conjunto:														
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	Investigação e Desenvolvimento	Lisboa	3.000	5.841	572	764	20	1.453	(360)	5.623	5.263	50	2.811	(180)
													162.027	5.749

Associadas

O movimento ocorrido na rubrica de “Participações financeiras em empresas associadas” no período findo em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 foi o seguinte:

Participações financeiras em associadas

A 1 de janeiro de 2017	11.666
Aquisição da participação na Electrogas	169.285
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	5.930
Atribuição de dividendos da Electrogas	(9.497)
Conversão de demonstrações financeiras em moeda estrangeira	(18.239)
Outras variações de capital	73
A 31 de dezembro de 2017	159.216
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	1.246
Conversão de demonstrações financeiras em moeda estrangeira	(3.966)
Outras variações de capital	(39)
A 31 de março de 2018	156.458

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o Grupo adquiriu uma participação de 42,5%, do capital social da sociedade chilena - Electrogas S.A., pelo montante de 169.285 milhares de Euros. Esta sociedade detém um gasoduto na zona central do Chile com 165,6 Km de comprimento. Trata-se de um gasoduto de grande relevância no país, que liga o terminal de regaseificação de Quintero a Santiago (a capital e o maior centro populacional chileno) e a Valparaíso (um dos portos mais importantes do Chile). A sociedade tem como objeto social a prestação de serviços transporte de gás natural e outros combustíveis.

O valor proporcional do resultado na OMIP, SGPS inclui o efeito do ajustamento proveniente de alterações às Demonstrações Financeiras de exercícios anteriores, efetuadas após aplicação do método de equivalência patrimonial. Esta participação encontra-se classificada como associada.

Empreendimentos conjuntos

O movimento ocorrido na rubrica de “Participações financeiras em empreendimentos conjuntos” no período findo em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 foi o seguinte:

Participações financeiras em empreendimentos conjuntos	
A 1 de janeiro de 2017	2.991
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	(180)
A 31 de dezembro de 2017	2.811
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	(98)
A 31 de março de 2018	2.713

Na sequência de um acordo conjunto de parceria tecnológica entre a REN - Redes Energéticas Nacionais e a State Grid International Development (SGID), foi criado em maio de 2013 um centro de I&D, em Portugal, dedicado aos sistemas de energia denominado - Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A., controlado conjuntamente pelas duas entidades.

O referido Centro de Investigação pretende tornar-se uma plataforma de conhecimento internacional, catalisadora de soluções e ferramentas inovadoras, aplicadas à operação e planeamento das redes de transporte de energia.

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 a informação financeira relativa ao empreendimento conjunto detido detalha-se da seguinte forma:

	31 de março de 2018					
	Caixa e equivalentes de caixa	Passivos financeiros correntes	Passivos financeiros não correntes	Depreciações e amortizações	Gastos de juros	(Gasto) / rendimento do imposto sobre o rendimento
Empreendimento conjunto:						
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	4.919	6	19	(143)	(1)	(1)

	31 de dezembro de 2017					
	Caixa e equivalentes de caixa	Passivos financeiros correntes	Passivos financeiros não correntes	Depreciações e amortizações	Gastos de juros	(Gasto) / rendimento do imposto sobre o rendimento
Empreendimento conjunto:						
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	5.025	10	20	(568)	(1)	2

8 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A REN é tributada de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, do qual fazem parte as empresas localizadas em Portugal em que detém, direta ou indiretamente, pelo menos 75% do seu capital, os quais devem conferir mais de 50% dos direitos de voto, e cumprem os requisitos previstos no artigo 69.º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2018.

No exercício de 2018 o Grupo é tributado em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa base de 21%, que será acrescida de uma derrama municipal de até um máximo de 1,5% sobre o lucro tributável, e uma derrama estadual de (i) 3,0% aplicável sobre o lucro tributável entre 1.500 milhares de Euros e 7.500 milhares de Euros, de (ii) 5,0% aplicável sobre lucro tributável entre 7.500 milhares de Euros e 35.000 milhares de Euros e de (iii) 9,0% para lucros tributáveis que excedam 35.000 milhares de Euros, resultando numa taxa máxima agregada de, aproximadamente, 31,5%.

A taxa de imposto utilizada na valorização das diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis em 31 de março de 2018 foi atualizada para cada empresa pertencente ao perímetro de consolidação, utilizando uma taxa média face às perspetivas futuras do lucro tributável de cada empresa recuperável nos próximos exercícios.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017 são detalhados como se segue:

	Mar 2018	Mar 2017
Imposto corrente	24.540	30.263
Ajustamentos relativos ao imposto de exercícios anteriores	(755)	-
Imposto diferido	(9.109)	(15.737)
Imposto sobre o rendimento	14.677	14.526

A reconciliação do montante de imposto calculado à taxa nominal e o imposto reconhecido na demonstração dos resultados é conforme se segue:

	Mar 2018	Mar 2017
Resultado antes de impostos	53.083	53.799
<u>Diferenças permanentes:</u>		
Variações patrimoniais positivas / (negativas)	3.490	-
Gastos não dedutíveis	540	188
Rendimentos não tributáveis	1.586	(355)
<u>Diferenças temporárias:</u>		
Desvios tarifários	28.190	58.345
Provisões e imparidades	-	(423)
Reavaliações (incluídas no custo considerado dos ativos intangíveis)	(548)	107
Obrigações de benefícios de reforma	(948)	(1.179)
Instrumentos financeiros derivados	(2)	347
Outros	(13)	(14)
Lucro tributável	85.376	110.816
Imposto sobre o rendimento	17.222	22.857
Derrama estadual sobre o lucro tributável	5.707	5.593
Derrama municipal	1.417	1.649
Tributações autónomas	195	163
Imposto corrente	24.540	30.263
Imposto diferido	(9.109)	(15.737)
Ajustamentos relativos ao imposto de exercícios anteriores	(755)	-
Gasto com impostos sobre o rendimento	14.677	14.526
Taxa efetiva de imposto	27,7%	27,0%

Imposto sobre o rendimento

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o detalhe da rubrica “Imposto sobre o rendimento” a pagar é detalhada no quadro seguinte:

	Mar 2018	Dez 2017
Imposto sobre o rendimento do exercício:		
Imposto estimado	24.540	91.404
Pagamentos por conta	(1.208)	(63.790)
Retenções na fonte por terceiros	(196)	(1.137)
Imposto a pagar	27.856	3.480
Imposto a pagar	50.992	29.957

Impostos diferidos

O detalhe dos impostos diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas é como se segue:

	Mar 2018	Dez 2017
Impactos na demonstração dos resultados:		
Ativos por impostos diferidos	7.411	21.563
Passivos por impostos diferidos	1.698	14.402
	9.109	35.965
Impactos no capital próprio:		
Ativos por impostos diferidos	482	(797)
Passivos por impostos diferidos	(1.317)	(1.328)
	(834)	(2.125)
Impacto líquido dos impostos diferidos	8.274	33.840

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos, por natureza, são como se segue:

Evolução dos ativos por impostos diferidos - março 2018

	Provisões e imparidades	Benefícios de reforma	Desvios tarifários	Instrumentos financeiros derivados	Reavaliação de ativos	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2018	2.886	36.506	36.227	928	21.117	74	97.739
Aumento/reversão por reservas	-	94	-	(564)	-	953	482
Reversão por resultados	-	(285)	-	(40)	(509)	(4)	(838)
Aumento por resultados	-	-	8.249	-	-	-	8.249
Movimento do período	-	(191)	8.249	(604)	(509)	949	7.894
A 31 de março de 2018	2.886	36.315	44.476	323	20.608	1.022	105.630

Evolução dos ativos por impostos diferidos - dezembro 2017

	Provisões e imparidades	Benefícios de reforma	Desvios tarifários	Instrumentos financeiros derivados	Reavaliação de ativos	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2017	1.901	36.433	11.679	3.687	8.962	162	62.825
Aumento/reversão por reservas	727	61	713	-	12.752	(108)	14.145
Reversão por resultados	-	308	-	(1.105)	-	-	(797)
Aumento por resultados	(64)	(296)	(102)	(1.655)	(591)	(13)	(2.721)
Movimento do período	321	-	23.936	-	(6)	33	24.284
	984	73	24.547	(2.760)	12.155	(88)	34.911
A 31 de dezembro de 2017	2.886	36.506	36.227	928	21.117	74	97.739

Em 31 de março de 2018 os ativos por impostos diferidos referem-se maioritariamente às (i) obrigações com os planos de benefícios atribuídos aos empregados, (ii) aos desvios tarifários a entregar à tarifa nos próximos exercícios e (iii) reavaliações de ativos.

Evolução dos passivos por impostos diferidos - março 2018

	Desvios tarifários	Reavaliações ao abrigo de diplomas legais (incluídas no custo considerado)	Alocação de justo valor	Investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2018	26.639	22.856	39.240	10.790	9	99.534
Aumento/reversão por reservas	-	-	-	(2.251)	3.568	1.317
Reversão por resultados	(746)	(383)	(335)	-	(234)	(1.698)
Movimentos do período	(746)	(383)	(335)	(2.251)	3.335	(381)
A 31 de março de 2018	25.893	22.473	38.905	8.539	3.344	99.153

Evolução dos passivos por impostos diferidos - dezembro 2017

	Desvios tarifários	Reavaliações ao abrigo de diplomas legais (incluídas no custo considerado)	Alocação de justo valor	Investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2017	38.878	24.688	-	9.461	-	73.027
Alterações do perímetro	-	-	39.567	-	12	39.579
Aumento/reversão por reservas	-	-	-	1.328	-	1.328
Reversão por resultados	(12.240)	(1.832)	(327)	-	(3)	(14.402)
Movimentos do período	(12.240)	(1.832)	39.240	1.328	9	26.505
A 31 de dezembro de 2017	26.639	22.856	39.240	10.790	9	99.534

Os passivos por impostos diferidos relativos a reavaliações resultam de reavaliações efetuadas em exercícios anteriores ao abrigo de diplomas legais. O efeito destes impostos diferidos reflete a não dedução fiscal de 40% das amortizações das reavaliações efetuadas (incluídas no custo considerado dos ativos aquando da transição para as IFRS).

Os diplomas legais na base das reavaliações foram os seguintes:

Diplomas legais (Reavaliações)	
Segmento eletricidade	Segmento gás natural
Decreto-Lei nº 430/78	Decreto-Lei nº 140/2006
Decreto-Lei nº 399-G/81	
Decreto-Lei nº 219/82	
Decreto-Lei nº 171/85	
Decreto-Lei nº 118-B/86	
Decreto-Lei nº 111/88	
Decreto-Lei nº 7/91	
Decreto-Lei nº 49/91	
Decreto-Lei nº 264/92	

9 CLASSIFICAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

As políticas contabilísticas para instrumentos financeiros foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

- março de 2018

	Notas	Cientes e outras contas a receber	Justo valor - Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Justo valor - derivados de negociação	Investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral	Outros ativos/passivos financeiros	Quantia escriturada	Justo valor
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	13	-	-	-	-	102.291	102.291	102.291
Cientes e outras contas a receber	11	498.530	-	-	-	-	498.530	498.530
Outros ativos financeiros		-	-	-	-	31	31	31
Investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral	10	-	-	-	145.730	-	145.730	145.730
Instrumentos financeiros derivados	12	-	8.497	-	-	-	8.497	8.497
		498.530	8.497	-	145.730	102.322	755.080	755.080
Passivos								
Empréstimos obtidos	16	-	-	-	-	2.758.292	2.758.292	2.858.172
Fornecedores e outras contas a pagar	19	-	-	-	-	539.177	539.177	539.177
Imposto sobre o rendimento a pagar	8	50.992	-	-	-	-	50.992	50.992
Instrumentos financeiros derivados	12	-	4.880	785	-	-	5.665	5.665
		50.992	4.880	785	-	3.297.469	3.354.126	3.454.006

- dezembro de 2017

	Notas	Cientes e outras contas a receber	Justo valor - Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Justo valor - derivados de negociação	Investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral	Outros ativos/passivos financeiros	Quantia escriturada	Justo valor
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	13	-	-	-	-	61.458	61.458	61.458
Cientes e outras contas a receber	11	547.377	-	-	-	-	547.377	547.377
Outros ativos financeiros		-	-	-	-	27	27	27
Investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral	10	-	-	-	156.439	-	156.439	156.439
Instrumentos financeiros derivados	12	-	7.907	-	-	-	7.907	7.907
		547.377	7.907	-	156.439	61.485	773.208	773.208
Passivos								
Empréstimos obtidos	16	-	-	-	-	2.829.726	2.829.726	2.764.868
Fornecedores e outras contas a pagar	19	-	-	-	-	552.672	552.672	552.672
Imposto sobre o rendimento a pagar	8	29.957	-	-	-	-	29.957	29.957
Instrumentos financeiros derivados	12	-	6.960	-	-	-	6.960	6.960
		29.957	6.960	-	-	3.382.398	3.419.315	3.354.457

Os Empréstimos obtidos, tal como referido na Nota 3.6 das demonstrações financeiras consolidadas anuais, relativas ao período findo em 31 de março de 2018, são mensurados, no reconhecimento inicial ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado, exceto relativamente aos quais tenha sido contratado algum derivado de cobertura de justo valor (Nota 12), caso em que se encontram mensurados ao justo valor. Não obstante, a REN procede à divulgação do justo valor da rubrica de Empréstimos obtidos na sua totalidade, tendo por base um conjunto de dados observáveis relevantes, os quais se enquadram no nível 2 da hierarquia do justo valor.

O justo valor dos Empréstimos obtidos e derivados são calculados pelo método dos *cash flows* descontados, utilizando a curva de taxa de juro da data da demonstração da posição financeira, de acordo com as características de cada empréstimo.

O intervalo de taxas de mercado utilizado para cálculo do justo valor varia entre -0,376% e 1,335% (maturidades de duas semanas e quinze anos, respetivamente).

O justo valor dos empréstimos contraídos pelo Grupo é, em 31 de março de 2018, de 2.858.172 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2017 era de 2.764.868 milhares de Euros), dos quais 402.354 milhares de Euros se encontram parte registados a custo amortizado e inclui um elemento de justo valor resultante de movimentos nas taxas de juro (em 31 de dezembro de 2017 era de 403.689 milhares de Euros).

Estimativa de justo valor - ativos e passivos mensurados ao justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 31 de março de 2018, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: justo valor de instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira;
- Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação; e
- Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

		Mar 2018				Dez 2017			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos:									
Investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral	Participações	90.590	51.591	-	142.181	101.311	51.591	-	152.902
Ativos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de fluxos de caixa	-	3.775	-	3.775	-	724	-	724
Ativos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de justo valor	-	4.722	-	4.722	-	7.183	-	7.183
Outros investimentos financeiros	Fundo de Tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-
		90.590	60.088	-	150.678	101.311	59.498	-	160.809
Passivos:									
Passivos financeiros ao justo valor	Empréstimos obtidos	-	402.354	-	402.354	-	403.689	-	403.689
Passivos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de fluxos de caixa	-	4.880	-	4.880	-	6.109	-	6.109
Passivos financeiros ao justo valor reconhecidos em resultados	Derivados de negociação	-	785	-	785	-	851	-	851
		-	408.019	-	408.019	-	410.649	-	410.649

Relativamente aos saldos de contas a receber e contas a pagar correntes o seu valor líquido contabilístico constitui uma razoável aproximação ao justo valor.

As contas a pagar e receber não correntes referem-se, essencialmente, aos desvios tarifários cujos valores são publicados pela ERSE e o seu valor líquido contabilístico constitui uma razoável aproximação ao justo valor, na medida em que os mesmos incorporam um efeito financeiro associado ao valor temporal do dinheiro, sendo incorporados nas tarifas nos dois anos subsequentes.

Gestão de riscos financeiros

Desde o último período anual de reporte até à data de 31 de março de 2018, não se verificaram alterações significativas na gestão dos riscos financeiros da Empresa comparativamente aos riscos já divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2017. A descrição dos riscos pode ser consultada na Nota 4 - Políticas de Gestão do Risco Financeiro das demonstrações financeiras consolidadas anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

10 INVESTIMENTOS EM INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO A JUSTO VALOR POR OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a instrumentos de capital próprio detidos em entidades consideradas estratégicas pelo Grupo. Esta rubrica refere-se às seguintes participações:

	Sede social		% detida	Valor contabilístico	
	Localidade	País		Mar 2018	Dez 2017
OMEL - Operador del Mercado Ibérico de Energia (Pólo Espanhol)	Madrid	Espanha	10,00%	3.167	3.167
Red Eléctrica Corporación, S.A. ("REE")	Madrid	Espanha	1,00%	90.590	101.311
Hidroeléctrica de Cahora Bassa ("HCB")	Maputo	Moçambique	7,50%	51.591	51.591
Coreso, S.A.	Bruxelas	Bélgica	7,90%	164	164
MIBGAS, S.A.	Madrid	Espanha	6,67%	202	202
Outras participações (inferiores a 100 milhares euros)	-	-	-	17	5
				145.730	156.439

Os movimentos registados nesta rubrica foram os seguintes:

	OMEL	HCB	REE	Coreso	MIBGÁS	Outras	Total
1 de janeiro de 2017	3.167	49.516	97.060	173	202	-	150.118
Alterações do perímetro	-	-	-	-	-	5	5
Ajustamento de justo valor	-	2.075	4.251	-	-	-	6.325
Alienações	-	-	-	(9)	-	-	(9)
31 de dezembro de 2017	3.167	51.591	101.311	164	202	5	156.439
1 de janeiro de 2018	3.167	51.591	101.311	164	202	5	156.439
Aquisições	-	-	-	-	-	12	12
Ajustamento de justo valor	-	-	(10.721)	-	-	-	(10.721)
31 de março de 2018	3.167	51.591	90.590	164	202	17	145.730

A Red Eléctrica Corporación, S.A. (“REE”) é a entidade responsável pela gestão da rede elétrica em Espanha. O Grupo adquiriu 1% de ações da REE como parte de um acordo celebrado entre os governos de Portugal e Espanha. A REE está listada na Bolsa de Madrid integrando o índice “IBEX 35” e o ativo financeiro foi registado na data da demonstração da posição financeira de acordo com a cotação em 31 de março de 2018.

A REN é detentora de 2.060.661.943 ações representativas de 7,5 % na Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A. (“HCB”) do capital social e direito de voto da HCB, sociedade de direito moçambicano, transmitidas na sequência do preenchimento das condições do contrato celebrado em 9 de abril de 2012, entre a REN, a Parública - Participações Públicas, SGPS, S.A., a CEZA - Companhia Eléctrica do Zambeze, S.A. e a EDM - Electricidade de Moçambique, EP. Esta participação foi inicialmente registada pelo seu custo de aquisição (38.400 milhares de Euros) e posteriormente ajustada para o seu justo valor.

A REN detém uma participação financeira do capital social da Coreso, participada também por importantes TSO Europeus que, como iniciativa de Coordenação de Segurança Regional (RSCI), assiste os TSO no fornecimento de eletricidade em segurança na Europa. Neste contexto, a Coreso desenvolve e executa atividades de planeamento operacional que envolvem a análise e coordenação da rede regional Europeia de eletricidade, com foco na coordenação de serviços, variando desde a coordenação com vários dias de antecedência até perto do tempo real.

Em 31 de março de 2018, a REN é ainda detentora de uma participação de 6,67%, adquirida no decorrer do primeiro semestre de 2016, do capital social do MIBGAS, S.A., sociedade gestora do mercado organizado de gás, o qual é responsável pelo desenvolvimento das atividades de operador de mercado grossista de gás natural na Península Ibérica.

No âmbito do processo de criação do Operador Único do Mercado Ibérico de Eletricidade (OMI) em 2011, e em conformidade com o que estava previsto no Acordo entre a República Portuguesa

e o Reino de Espanha relativo à constituição de um mercado ibérico de energia elétrica, a Empresa adquiriu 10% do capital social do OMEL, Operador del Mercado Ibérico de Energia, S.A., polo espanhol do Operador Único, pelo valor global de 3.167 milhares de Euros.

Na medida em que não existe um preço de mercado disponível para os investimentos referidos (OMEL, MIBGÁS e Coreso) e não sendo possível determinar o justo valor no período recorrendo a transações comparáveis, estas participações encontram-se refletidas contabilisticamente ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade, tal como descrito na Nota 3.6 das demonstrações financeiras consolidadas anuais.

Relativamente ao investimento detido na OMEL, Coreso e MIBGÁS não existe na data de relato qualquer indício de imparidade.

Os ajustamentos nos investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral são registados em capital próprio na rubrica reserva de justo valor que em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 apresenta os seguintes montantes:

Reserva de justo valor (Nota 15)	
1 de janeiro de 2017	48.781
Varição de justo valor	6.325
Efeito fiscal	(1.328)
31 de dezembro de 2017	53.778
1 de janeiro de 2018	53.778
Varição de justo valor	(10.721)
Efeito fiscal	2.251
31 de março de 2018	45.308

11 CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o detalhe da rubrica de “Clientes e outras contas a receber” é o seguinte:

	Mar 2018			Dez 2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Cientes e outras contas a receber	368.974	4.543	373.517	396.558	4.168	400.726
Imparidade de clientes e contas a receber	(2.969)	-	(2.969)	(3.043)	-	(3.043)
Cientes - Valor líquido	366.005	4.543	370.548	393.515	4.168	397.683
Desvios tarifários	31.804	73.362	105.166	102.999	2.359	105.358
Estado e Outros Entes Públicos	22.818	-	22.818	44.336	-	44.336
Cientes e outras contas a receber	420.626	77.905	498.531	540.849	6.528	547.377

Na composição dos saldos de clientes e outras contas a receber em 31 de março de 2018, assume particular relevância: (i) o montante em dívida da EDP - Distribuição de Energia, S.A., o qual ascende a 83.831 milhares de Euros (83.176 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2017); (ii) da Galp, o qual ascende a 16.424 milhares de Euros (24.119 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2017); e (iii) o montante a receber de 59.538 milhares de Euros, tal como definido pelo regulador ERSE, no quadro das medidas de sustentabilidade do Sistema Elétrico Nacional.

No saldo das contas de clientes e outras contas a receber em 31 de março de 2018, destaca-se ainda a faturação não emitida da atividade do Gestor de Mercado (MIBEL - Mercado Ibérico de Eletricidade), no montante de 21.659 milhares de Euros (28.374 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2017) e o montante a faturar à EDP Distribuição de Energia, S.A., de 5.620 milhares de Euros (5.567 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2017), relativos aos CMEC, também refletidos na rubrica de “Fornecedores e outras contas a pagar” (Nota 19). Esta transação configura-se como uma transação de “Agente” na demonstração consolidada dos resultados da REN, facto pelo qual se encontra compensada nessa demonstração.

Os movimentos ocorridos na rubrica de “Imparidade de clientes e outras contas a receber” detalha-se como se segue:

	Mar 2018	Dez 2017
Saldo inicial	(3.043)	(843)
Alterações do perímetro	-	(1.622)
Aumentos	-	(690)
Reversões	74	112
Saldo final	(2.969)	(3.043)

12 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o Grupo REN tinha os seguintes instrumentos financeiros derivados contratados:

	Nocional	31 de março de 2018			
		Ativo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa					
Swaps de taxa de juro	300 000 mEUR	-	-	-	4.880
Swap de taxa de câmbio e de juro	72.899 mEUR	-	3.775	-	-
		-	3.775	-	4.880
Derivados designados como cobertura de justo valor					
Swaps de taxa de juro	400.000 mEUR	-	4.722	-	-
		-	4.722	-	-
Derivados de negociação					
Derivados de negociação	60 000 mEUR	-	-	-	785
		-	-	-	785
Instrumentos financeiros derivados		-	8.497	-	5.665

	Nocional	31 de dezembro de 2017			
		Ativo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa					
Swaps de taxa de juro	300 000 mEUR	-	-	-	6.109
Swap de taxa de câmbio e de juro	72.899 mEUR	-	724	-	-
		-	724	-	6.109
Derivados designados como cobertura de justo valor					
Swaps de taxa de juro	400.000 mEUR	-	7.183	-	-
		-	7.183	-	-
Derivados de negociação					
Derivados de negociação	60 000 mEUR	-	-	-	851
		-	-	-	851
Instrumentos financeiros derivados		-	7.907	-	6.960

A valorização da carteira de instrumentos financeiros derivados é baseada em avaliações de justo valor efetuadas por entidades externas especializadas.

O valor reconhecido nesta rubrica refere-se a contratos *swap* de taxa de juro e *cross currency swap*, contratados pelo Grupo com o objetivo de cobrir o risco de flutuação das taxas de juro e câmbio futuras, cujas contrapartes são instituições financeiras internacionais com uma sólida notação de risco e instituições nacionais de primeira linha.

Estão incluídos nos valores apresentados o valor dos juros corridos, a receber ou a pagar à data de 31 de março de 2018, relativos a estes instrumentos financeiros, no montante líquido a receber de 413 milhares de Euros (à data de 31 de dezembro de 2017 era de 2.119 milhares de Euros a receber).

As características dos instrumentos financeiros derivados contratados associados a operações de financiamento em 31 de março de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 eram as seguintes:

	Nocional de referência	REN paga	REN recebe	Vencimento	Mar 2018	Dez 2017
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa						
Swaps de taxa de juro	300.000 mEuros	[0,75%;0,751%]	[-0,327%;0,00%] - taxas variáveis	2024	(4.880)	(6.109)
Swaps de taxa de câmbio e de juro	72.899 mEuros	5,64% (taxa variável a partir de 2019)	2,71%	2024	3.775	724
					<u>(1.104)</u>	<u>(5.385)</u>
Derivados designados como cobertura de justo valor						
Swaps de taxa de juro	400.000 mEuros	[-0,271%;0,059%] = taxas variáveis	[0,61%; 1,72%]	[out-2020; fev-2025]	4.722	7.183
					<u>4.722</u>	<u>7.183</u>
Derivados designados como negociação						
Swaps de taxa de juro	60.000 mEuros	taxas variáveis a fixar no futuro	[0,00%;0,99%]	2024	(785)	(851)
					<u>(785)</u>	<u>(851)</u>
				Total	2.833	947

A periodicidade dos fluxos pagos e recebidos da carteira de instrumentos financeiros derivados é trimestral e semestral para os contratos de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, semestral e anual para os derivados designados como de cobertura de justo valor e semestral para o derivado de negociação.

O escalonamento do notional de referência dos derivados de cobertura de fluxos de caixa e de justo valor é apresentado no quadro seguinte:

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Anos seguintes	Total
Swaps de taxa de juro (cobertura de fluxos de caixa)	-	-	-	-	-	-	300.000	300.000
Swaps de taxa de juro e câmbio (cobertura de fluxos de caixa)	-	-	-	-	-	-	72.899	72.899
Swaps de taxa de juro (cobertura de justo valor)	-	-	100.000	-	-	-	300.000	400.000
Swaps de negociação	-	-	-	-	-	-	60.000	60.000
Total	-	-	100.000	-	-	-	732.899	832.899

Swaps:

Cobertura de fluxos de caixa

O Grupo procede à cobertura de uma parcela de pagamentos futuros de juros de dívida, através da contratação de *swaps* de taxa de juro em que paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável.

À data de 31 de março de 2018, o notional dos derivados de cobertura de fluxos de caixa é de 300.000 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2017 era de 300.000 milhares de Euros). Esta é uma cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos de juros à taxa variável decorrentes de passivos financeiros reconhecidos. O risco coberto é o indexante da taxa variável ao qual estão associados os juros dos financiamentos. O objetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa, sendo que o risco de

crédito não se encontra a ser coberto. O justo valor dos *swaps* de taxa de juro, em 31 de março de 2018, é de 4.880 milhares de Euros negativos (em 31 de dezembro de 2017 era de 6.109 milhares de Euros negativos).

Adicionalmente, o Grupo procede à cobertura da sua exposição ao risco de fluxos de caixa da sua emissão obrigacionista de 10.000 milhões de JPY, decorrente do risco cambial, através de um *cross currency swap* com as características principais equivalentes às da dívida emitida. O mesmo instrumento de cobertura é utilizado para uma cobertura de justo valor do risco de taxa de juro da referida emissão obrigacionista através da componente *forward start swap* que só terá início em junho de 2019. As variações de justo valor do instrumento de cobertura encontram-se igualmente a ser diferidas em reservas de cobertura. A partir de junho de 2019, o objetivo será o de cobrir a exposição a JPY e o risco de taxa de juro, transformando a operação numa cobertura de justo valor, passando a registar-se as alterações de justo valor da dívida emitida decorrente dos riscos cobertos, em resultados. O risco de crédito não se encontra coberto.

De referir que são registados na demonstração dos resultados os montantes decorrentes do instrumento de cobertura quando a transação coberta afeta os resultados do exercício.

O justo valor do *cross currency swap* a 31 de março de 2018 é de 3.775 milhares de Euros positivos (em 31 de dezembro de 2017 era de 724 milhares de Euros positivos).

O efeito cambial do subjacente (empréstimo), em 31 de março de 2018, foi desfavorável no montante de 2.180 milhares de Euros, tendo sido compensado pelo efeito favorável do instrumento de cobertura na demonstração dos resultados do período (em 31 de março de 2017 foi desfavorável em 2.610 milhares de Euros).

A componente ineficaz relativa à cobertura de justo valor registada na demonstração da posição financeira em 31 de março de 2018 foi de 5.845 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2017 era de 5.921 milhares de Euros). Desta forma, o efeito registado na demonstração consolidada dos resultados do período de três meses findo em 31 de março de 2018 ascende a 76 milhares de Euros.

O valor registado em reservas referente às coberturas de fluxos de caixa acima referidas é a 31 de março de 2018 de 9.595 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2017 era de 12.281 milhares de Euros).

Os movimentos registados na reserva de cobertura foram os seguintes:

	Justo valor	Impacto imposto diferido	Reserva cobertura
1 de janeiro de 2017	(17.542)	3.684	(13.858)
Varição de justo valor e ineficácia	5.261	(1.105)	4.156
31 de dezembro de 2017	(12.281)	2.580	(9.702)
1 de janeiro de 2018	(12.281)	2.580	(9.701)
Varição de justo valor e ineficácia	2.686	(564)	2.122
31 de Março de 2018	(9.595)	2.016	(7.580)

Cobertura de justo valor

O Grupo procede à cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos de juros a taxa fixa decorrentes das emissões de dívida efetuadas através da contratação de *swaps* de taxa de juro em que paga uma taxa variável e recebe uma taxa fixa.

O nocional dos derivados designados como cobertura de justo valor, em 31 de março de 2018, é de 400.000 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2017 era também de 400.000 milhares de Euros). O risco coberto correspondente à variação do justo valor da dívida atribuíveis a movimentos nas taxas de juro de mercado. O objetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro fixa em taxa de juro variável, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto.

Em 31 de março de 2018, o justo valor destes *swaps* de taxa de juro é de 4.722 milhares de Euros positivos (em 31 de dezembro de 2017 era de 7.183 milhares de Euros positivos).

As alterações de justo valor da dívida emitida decorrente do risco de taxa de juro são reconhecidas em resultados, por forma a compensar a variação de justo valor do instrumento de cobertura na demonstração dos resultados do exercício.

À data de 31 de março de 2018, a alteração de justo valor da dívida de 400.000 milhares de Euros relativa ao risco de taxa de juro reconhecida em resultados foi de 1.336 milhares de Euros positivos (em 31 de março de 2017 era de 2.773 milhares de Euros positivos), resultando numa

componente ineficaz de cerca de 70 milhares de Euros positivos (em 31 de março de 2017 era de 80 milhares de Euros positivos)

Derivados de negociação

O Grupo detém um *forward start swap* de taxa de juro com data de início em 2019 e maturidade em 2024, em que paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável.

Este instrumento, apesar de não designado como de cobertura de acordo com a IFRS 9, encontra-se a efetuar a cobertura económica do risco de flutuação das taxas de juro futuras para o período considerado.

O nocional deste derivado de negociação é de 60.000 milhares de Euros à data de 31 de março de 2018 (em 31 de dezembro de 2017 era de 60.000 milhares de Euros). Esta é uma cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos futuros de juros à taxa variável decorrente dos passivos financeiros do Grupo. O risco coberto é o indexante da taxa variável ao qual estão associados os juros dos financiamentos. O objetivo desta cobertura é transformar os fluxos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto. O justo valor do derivado de negociação, em 31 de março de 2018, é de 785 milhares de Euros negativos (em 31 de dezembro de 2017 era de 851 milhares de Euros negativos).

As variações de justo valor do derivado de negociação são registadas diretamente em resultados do exercício. O impacto nos resultados do período de três meses findo em 31 de março de 2018, relativo ao efeito do justo valor do derivado de negociação, foi um rendimento de 66 milhares de Euros (a 31 de março de 2017 foi registado um rendimento de 254 milhares de Euros).

13 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa é como se segue:

	Mar 2018	Dez 2017
Caixa	23	1
Depósitos bancários	102.269	61.457
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira	102.291	61.458
Descobertos bancários (Nota 16)	(412)	(1.009)
Caixa e equivalentes de caixa nos fluxos de caixa	101.880	60.448

14 CAPITAL SOCIAL, AÇÕES PRÓPRIAS E PRÉMIO DE EMISSÕES DE AÇÕES

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social da REN encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 667.191.262 ações com o valor nominal de 1 Euro cada:

	Mar 2018		Dez 2017	
	Número de ações	Capital Social	Número de ações	Capital Social
Capital Social	667.191.262	667.191	667.191.262	667.191

Em 31 de março de 2018, a REN SGPS detinha as seguintes ações em carteira:

	Número de ações	Percentagem de capital social	Valor
Ações próprias	3.881.374	0,6%	(10.728)

Não houve aquisição ou venda de ações próprias no período de três meses findo em 31 de março de 2018.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a REN SGPS tem de garantir em cada momento a existência de reservas no Capital Próprio para cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

15 RESERVAS

A rubrica de “Reservas” no montante de 299.929 milhares de Euros inclui:

- Reserva legal: De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital. Em 31 de março de 2018 esta rubrica ascende a 106.800 milhares de Euros;

-
- Reserva de justo valor: Inclui as variações nos investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral (45.308 milhares de Euros positivos), conforme detalhado na Nota 10;
 - Reserva de cobertura: Inclui as variações do justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura na parte em que a cobertura dos fluxos de caixa é efetiva (7.580 milhares de Euros negativos), os quais encontram-se detalhados na Nota 12; e
 - Outras reservas: Esta rubrica é movimentada pela (i) aplicação dos resultados dos exercícios, sendo passível de distribuição aos acionistas, exceto quanto à limitação definida pelo Código das Sociedades Comerciais no que respeita às ações próprias, (ii) variação cambial associada a participação financeira cuja moeda funcional é distinta do Euro e (iii) variação do capital próprio de entidades participadas, registadas pelo método de equivalência patrimonial. Em 31 de março de 2018 esta rubrica ascende a 155.400 milhares de Euros.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal: (i) os incrementos decorrentes da adoção de justo valor (reservas de justo valor e reservas de cobertura) apenas poderão ser distribuídos aos acionistas quando os elementos ou direitos que lhe deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso; e (ii) os rendimentos e outras variações patrimoniais positivas reconhecidos em consequência da utilização do método da equivalência patrimonial apenas relevam para poderem ser distribuídos aos sócios quando sejam realizados. A legislação vigente em Portugal estabelece ainda que a diferença entre o resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial e o montante de dividendos pagos ou deliberados referentes às mesmas participações seja equiparada a reservas legais.

16 EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

A alocação dos empréstimos quanto à sua maturidade (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, é como se segue:

	Mar 2018			Dez 2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos obrigacionistas	30.000	1.732.972	1.762.972	192.800	1.462.768	1.655.568
Empréstimos bancários	249.754	605.822	855.575	337.155	606.591	943.746
Papel comercial	-	150.000	150.000	70.000	150.000	220.000
Descobertos bancários (Nota 13)	412	-	412	1.009	-	1.009
Locações financeiras	1.358	1.797	3.155	1.385	2.176	3.561
	281.524	2.490.591	2.772.115	602.349	2.221.535	2.823.884
Juros a pagar - empréstimos	28.411	-	28.411	40.085	-	40.085
Juros pagos (antecipação)	(14.497)	(27.736)	(42.233)	(18.098)	(16.145)	(34.243)
Empréstimos	295.438	2.462.854	2.758.292	624.336	2.205.390	2.829.726

Os empréstimos obtidos apresentavam o seguinte plano de reembolso previsto:

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Anos seguintes	Total
Dívida - Não Corrente	-	199.987	395.991	106.079	98.574	608.394	1.081.566	2.490.591
Dívida - Corrente	100.755	180.769	-	-	-	-	-	281.524
	100.755	380.756	395.991	106.079	98.574	608.394	1.081.566	2.772.115

O detalhe dos empréstimos obrigacionistas em 31 de março de 2018 é o seguinte:

31 de Março de 2018						Periodicidade de pagamento de juros
Data da Emissão	Data de Reembolso	Montante inicial	Capital em dívida	Taxa de juro		
Emissões ao abrigo do Programa 'Euro Medium Term Notes'						
26/06/2009	26/06/2024	mJPY 10.000.000 (i)	(i) mJPY 10.000.000	Taxa fixa		Semestral
16/01/2013	16/01/2020	mEUR 150.000 (i)	mEUR 60.000	Taxa variável		Trimestral
17/10/2013	16/10/2020	mEUR 400.000 (ii)	mEUR 267.755	Taxa fixa EUR 4,75%		Anual
12/02/2015	12/02/2025	mEUR 300.000 (ii)	mEUR 500.000	Taxa fixa EUR 2,50%		Anual
01/06/2016	01/06/2023	mEUR 550.000	mEUR 550.000	Taxa fixa EUR 1,75%		Anual
18/01/2018	18/01/2028	mEUR 300.000	mEUR 300.000	Taxa fixa EUR 1,75%		Anual

(i) Estas emissões correspondem a colocações privadas.

(ii) Estas emissões têm associados *swaps* de taxa de juro e/ou de taxa de câmbio.

O Grupo detém cinco programas de papel comercial no valor de 1.075.000 milhares de Euros, estando disponíveis para utilização 925.000 milhares de Euros. Do valor total dos programas de papel comercial, 630.000 milhares de Euros possuem garantia de colocação.

No período de três meses findo em 31 de março de 2018 foram efetuadas as seguintes operações:

- O Grupo procedeu a uma nova emissão obrigacionista a taxa fixa no montante de 300.000 milhares de Euros; e
- O Grupo celebrou um *term facility agreement* com o banco Intesa SanPaolo no montante global de 150.000 milhares de Euros, o qual se encontra totalmente recebido.

A emissão obrigacionista de 162.800 milhares de Euros atingiu a sua maturidade no decurso do primeiro trimestre.

Na rubrica empréstimos bancários destacam-se os empréstimos contratados com o Banco Europeu de Investimento (BEI) que em 31 de março de 2018 ascendiam a 450.349 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2017 era de 450.349 milhares de Euros).

O Grupo tem ainda 91.500 milhares de Euros em linhas de crédito contratadas e não utilizadas com vencimentos até um ano, sendo renováveis periodicamente de forma automática (caso não sejam denunciadas no período contratualmente estipulado para o efeito).

O saldo da rubrica juros pagos (antecipação) inclui o montante de 25.296 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2017 era de 26.500 milhares de Euros) relacionados com o refinanciamento de emissões obrigacionistas através de uma *Exchange Offer*, realizado durante o exercício de 2016.

Decorrente da cobertura de justo valor efetuada sobre a emissão de dívida de 400.000 milhares de Euros (Nota 12), foi reconhecida a alteração de justo valor dessas emissões relativa ao risco de taxa de juro diretamente em resultados, no montante de 1.336 milhares de Euros positivos (em 31 de março de 2017 era de 2.773 milhares de Euros positivos).

Os passivos financeiros do Grupo apresentam os seguintes *covenants* principais: *Cross default*, *Pari Passu*, *Negative Pledge*, rácios de *Leverage* e *Gearing* (rácio que relaciona o capital próprio total consolidado com o valor total dos ativos concessionados do Grupo). O rácio de *Gearing* do Grupo cumpre confortavelmente os limites definidos contratualmente estando 81% acima do valor mínimo.

Os financiamentos celebrados com o BEI incluem ainda *covenants* relacionados com notações de rating e outros rácios financeiros em que o Grupo pode ser chamado a prestar uma garantia

aceitável para o BEI, no caso de verificação dos rácios ou notações de rating abaixo dos níveis estipulados.

O Grupo e as suas subsidiárias são parte em alguns contratos de financiamento e emissões de dívida, que incluem cláusulas de alteração de controlo típicas neste tipo de transações (abrangendo, ainda que de forma não expressa, alterações de controlo em resultado de ofertas públicas de aquisição) e essenciais para a concretização de tais transações no respetivo contexto de mercado. Em qualquer caso, a aplicação prática destas cláusulas é limitada considerando as restrições legais à titularidade de ações da REN.

Segundo normas legais relativas à concorrência, termos contratuais e práticas usuais de mercado nem a REN nem as suas contrapartes em contratos de financiamento estão autorizadas a divulgar outras informações relativamente às características das respetivas operações de financiamento.

Locações

Os pagamentos mínimos das locações financeiras e o valor atual do passivo das locações financeiras em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 são detalhados como se segue:

	Mar 2018	Dez 2017
Locações Financeiras - pagamentos mínimos da locação		
Até 1 ano	1.311	1.399
Entre 1 e 5 anos	1.893	2.211
	3.204	3.609
Custos financeiros futuros das locações financeiras	(49)	(48)
Valor atual do passivo das locações financeiras	3.155	3.561

	Mar 2018	Dez 2017
Valor atual das Locações financeiras		
Até 1 ano	1.358	1.385
Entre 1 e 5 anos	1.797	2.176
	3.155	3.561

17 OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS

A REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. concede complementos de pensões de reforma, pré-reforma e sobrevivência (daqui em diante referido como Plano de Pensões) e assegura aos seus reformados e pensionistas, em condições similares aos trabalhadores no ativo, um plano de cuidados médicos concedendo, ainda, outros benefícios como prémios de antiguidade, de reforma e subsídio de morte (descrito como “Outros benefícios”). O benefício do prémio de antiguidade é extensível às restantes empresas do Grupo.

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 o Grupo tinha registado os seguintes montantes relativos a responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios:

	Mar 2018	Dez 2017
Obrigações na demonstração da posição financeira		
Plano de pensões	78.196	79.154
Cuidados médicos e outros benefícios	42.833	42.823
	121.029	121.977

Durante os períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017, foram reconhecidos os seguintes gastos operacionais, relativos a planos de benefícios com os empregados:

	Mar 2018	Mar 2017
Gastos na demonstração dos resultados (Nota 24)		
Plano de pensões	1.074	1.125
Cuidados médicos e outros benefícios	324	324
Total de Gastos na demonstração dos resultados	1.398	1.449

Os valores reportados em 31 de março de 2018 e 2017 resultam da projeção da avaliação atuarial efetuada a 31 de dezembro de 2017 e 2016, para o período de três meses findo em 31 de março de 2018 e 2017, considerando a estimativa de salários para o ano de 2018 e 2017, respetivamente.

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo dos benefícios pós-emprego, são os considerados pelo Grupo REN e pela entidade especializada em estudos atuariais como aqueles que melhor satisfazem os compromissos estabelecidos no plano de pensões e as respetivas responsabilidades com benefícios de reforma, são os seguintes:

	Dez 2017	Dez 2016
Taxa anual de desconto	1,80%	1,80%
Percentagem expectável de ativos elegíveis para reforma antecipada (mais de 60 anos e 36 anos de serviço) - ao abrigo do ACT	20,00%	20,00%
Percentagem expectável de ativos elegíveis para reforma antecipada por actos de gestão	20,00%	20,00%
Taxa anual de crescimento dos salários	2,50%	2,50%
Taxa anual de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Taxa anual de crescimento das pensões da Segurança Social	0,80%	0,50%
Taxa de inflação	1,50%	1,50%
Taxa anual de crescimento de custos com saúde	1,80%	2,50%
Despesas de gestão (por funcionário/ano)	€306	€242
Taxa de crescimento das despesas de gestão	1,50%	1,50%
Idade de reforma (número de anos)	66	66
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90

18 PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS

A evolução das provisões durante os períodos apresentados é a seguinte:

	Mar 2018	Dez 2017
Saldo inicial	9.035	6.955
Variações de perímetro	-	1.389
Aumentos	-	1.385
Reversão	-	(112)
Utilizações		(582)
Saldo final	9.035	9.035
Provisão não corrente	9.035	9.035
	9.035	9.035

Em 31 de março de 2018 a rubrica de provisões refere-se, essencialmente, à estimativa de pagamentos a serem efetuados pela REN decorrentes de processos judiciais em curso por danos causados a terceiros e uma provisão para reestruturação no montante de 515 milhares de Euros relativa ao processo de reestruturação do Grupo em curso.

19 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

A rubrica de “Fornecedores e outras contas a pagar” em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 apresenta o seguinte detalhe:

	Mar 2018			Dez 2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores						
Fornecedores conta corrente	202.440	-	202.440	220.249	-	220.249
Outros credores						
Credores diversos	87.656	49.302	136.958	45.089	45.951	91.040
Desvios tarifários	72.140	66.391	138.531	58.624	51.911	110.535
Fornecedores de investimento	34.926	-	34.926	87.250	-	87.250
Estado e outros entes públicos (i)	19.797	-	19.797	38.485	-	38.485
Proveitos diferidos						
Subsídios ao investimento	18.537	263.705	282.242	18.527	267.099	285.626
Acréscimos de custos						
Férias e subsídios e outros encargos férias	6.526	-	6.526	5.114	-	5.114
Fornecedores e outras contas a pagar	442.021	379.398	821.420	473.337	364.962	838.298

(i) Os saldo de Estado e outros entes públicos referem-se a valores a liquidar de IVA, IRS e outros impostos.

Na composição dos saldos das contas a pagar a fornecedores, onde se incluem créditos diversos no âmbito da atividade do Grupo, destacam-se os seguintes: (i) o montante de 31.718 milhares de Euros, referentes à gestão dos CAE da Turbogás e Tejo Energia (44.619 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2017); o montante de 19.538 milhares de Euros de projetos de investimento ainda não faturados (25.080 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2017); e (iii) o montante de 21.659 milhares de Euros (28.374 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2017 da atividade do Gestor de Mercado (MIBEL - Mercado Ibérico de Eletricidade) e (iv) o montante de 5.620 milhares de Euros do “CMEC - Custo para a Manutenção do Equilíbrio Contratual” a faturar pela EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A., (5.567 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2017), também refletidos na rubrica de “Clientes e outras contas a receber” (Nota 11). Esta transação configura uma transação de “Agente” na demonstração consolidada dos resultados da REN, facto pelo qual se encontra compensada nessa demonstração.

A rubrica de “Credores diversos” inclui: (i) 24.746 milhares de Euros (24.749 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2017) relativo ao Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica (“PPEC”), que visa apoiar financeiramente iniciativas que promovam a eficiência e redução do consumo de eletricidade, que deverá ser utilizado para financiar projetos de eficiência energética, de acordo com as métricas de avaliação definidas pela ERSE e (ii) a responsabilidade referente à contribuição extraordinária sobre o setor energético no montante de 25.333 milhares de Euros (em 31 de março de 2017 era de 25.798 milhares de Euros).

20 VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração consolidada dos resultados, é detalhado como se segue:

	Mar 2018	Mar 2017
Vendas de Materiais		
Mercado interno	8	15
	<u>8</u>	<u>15</u>
Prestações de Serviços - Mercado Interno		
Transporte de eletricidade e gestão global do sistema	88.587	94.326
Transporte de gás natural	24.292	30.127
Regaseificação	3.546	7.801
Distribuição de gás natural	15.906	-
Armazenamento de gás natural	7.609	3.388
Rede de telecomunicações □	1.561	1.254
Margem do Agente Comercial - REN Trading	2.168	2.128
Outros	1.242	422
	<u>144.911</u>	<u>139.445</u>
Total das Vendas e Prestações de serviços	<u>144.919</u>	<u>139.460</u>

21 RENDIMENTOS E GASTOS DE CONSTRUÇÃO

No âmbito dos contratos de concessão enquadráveis na IFRIC 12, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, o Grupo REN não tem qualquer margem na construção dos ativos afetos à concessão. O detalhe do rédito e dos encargos com a aquisição dos ativos concessionados nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017 é como se segue:

	Mar 2018	Mar 2017
Rendimentos de construção - ativos de concessão		
Aquisições	9.656	10.056
Trabalhos para a própria empresa:		
Encargos financeiros (Nota 5)	410	486
Encargos de estrutura, gestão e outros (Nota 5)	3.815	2.571
	13.881	13.112
Gastos de construção - ativos de concessão		
Aquisições	9.656	10.056
	9.656	10.056

22 OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS

A rubrica de “Outros rendimentos operacionais” é apresentada como se segue:

	Mar 2018	Mar 2017
Reconhecimento de subsídios ao investimento	4.503	4.524
Taxa de ocupação do subsolo	3.687	-
Proveitos suplementares	472	343
Alienação de materiais inutilizados	1.165	-
Outros	108	629
	9.935	5.496

23 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017 apresentava o seguinte detalhe:

	Mar 2018	Mar 2017
Comissões a entidades externas i)	3.447	2.656
Custos com energia elétrica	1.613	1.876
Custos de interligação - <i>cross border</i> ii)	1.226	686
Custos de manutenção	1.165	987
Subcontratos de transporte de gás	798	827
Custos com seguros	689	798
Vigilância e segurança	499	417
Deslocações e estadas	259	279
Custos com publicidade e comunicação	222	222
Outros (inferiores a 100 milhares de Euros)	824	940
Fornecimentos e serviços externos	10.743	9.688

i) As comissões pagas a entidades externas referem-se a trabalhos especializados e honorários pagos pela REN por prestação de serviços contratualizados e estudos especializados.

ii) Os custos de interligação - *cross border* - representam o custo das trocas comerciais transfronteiriças.

24 GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” decompõe-se da seguinte forma:

	Mar 2018	Mar 2017
Remunerações:		
Órgãos sociais	692	580
Pessoal	8.789	7.932
	9.481	8.512
Encargos sociais e outros gastos:		
Custos com benefícios de reforma e outros (Nota 17)	1.398	1.449
Encargos sobre remunerações	1.900	1.734
Custos de ação social	541	26
Outros	42	442
	3.880	3.650
Total de Gastos com o pessoal	13.361	12.162

As remunerações dos órgãos sociais incluem as remunerações do Conselho de Administração da REN SGPS e as remunerações auferidas pela Mesa da Assembleia Geral.

25 OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

O detalhe da rubrica de “Outros gastos operacionais” é como se segue:

	Mar 2018	Mar 2017
Taxa de ocupação do subsolo	3.641	-
Custos de funcionamento da ERSE i)	2.432	2.435
Donativos e quotizações	541	773
Impostos	128	183
Outros	201	560
	6.943	3.951

i) A rubrica de Custos de funcionamento da ERSE refere-se a débitos efetuados pela ERSE a recuperar através das tarifas de eletricidade e do gás.

26 GASTOS DE FINANCIAMENTO E RENDIMENTOS FINANCEIROS

O detalhe dos gastos incorridos com financiamentos e rendimentos financeiros obtidos é como se segue:

	Mar 2018	Mar 2017
Gastos de financiamento		
Empréstimos obrigacionistas	12.569	12.461
Papel comercial	947	1.049
Outros empréstimos	3.737	3.502
Instrumentos financeiros derivados	10	258
Outros gastos financeiros	683	1.438
	17.946	18.708
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos	25	8
Instrumentos financeiros derivados	797	975
Outros investimentos financeiros	150	1.961
	972	2.944

27 CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA SOBRE O SETOR ENERGÉTICO

A Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro veio introduzir uma contribuição específica sobre as entidades que operam no ramo da energia, denominada Contribuição Extraordinária sobre o Setor energético (CESE), tendo sido prorrogada pela Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro, para o exercício de 2018.

O regime criado visa financiar mecanismos que promovam a sustentabilidade sistémica do setor, através da constituição de um fundo com o principal objetivo de redução do défice tarifário. Encontram-se sujeitas a este regime, entre outras, as entidades que sejam concessionárias das atividades de transporte ou de distribuição de eletricidade e gás natural.

O cálculo da CESE incide sobre o valor dos elementos do ativo com referência ao primeiro dia do exercício económico de 2018 (1 de janeiro de 2018) que respeitem, cumulativamente, a Ativos fixos tangíveis, Ativos intangíveis, com exceção dos elementos da propriedade industrial, e Ativos financeiros afetos a concessões ou a atividades Licenciadas. No caso das atividades reguladas, a CESE incide sobre o valor dos ativos regulados, (isto é, o valor reconhecido pela ERSE para efeitos de apuramento dos proveitos permitidos, com referência a 1 de janeiro de 2018) caso este seja superior ao valor dos ativos referidos, sobre os quais é aplicada a taxa de 0,85%.

Na medida em que se trata de uma obrigação presente cujos factos originários já ocorreram, tendo tempestividade e quantia certas ou determinável, a REN reconheceu um passivo no montante de 25.333 milhares de Euros (no período de três meses findo em 31 de março de 2017 foi de 25.798 milhares de Euros), por contrapartida de um gasto na demonstração consolidada dos resultados.

28 RESULTADO POR AÇÃO

Os resultados por ação atribuíveis aos detentores do capital do Grupo foram calculados como se segue:

		Mar 2018	Mar 2017
Resultado líquido consolidado considerado no cálculo do resultado por ação	(1)	13 073	13 475
Nº de ações ordinárias em circulação no período (Nota 14)	(2)	667 191 262	534 000 000
Efeito das ações próprias (Nota 14)		3 881 374	3 881 374
Nº de ações no período	(3)	663 309 888	530 118 626
Resultado básico por ação (euro por ação)	(1)/(3)	0,02	0,03

Pelo facto de não existirem situações que originem diluição, o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado por ação básico.

29 DIVIDENDOS POR AÇÃO

No dia 11 de maio de 2017 foi aprovada em Assembleia Geral a distribuição de dividendos aos acionistas, em função do resultado de exercício de 2016, no montante de 91.314 milhares de Euros (0,171 Euros por ação), incluindo o dividendo atribuível às ações próprias no montante de 664 milhares de Euros, tendo sido pago aos acionistas o montante de 90.650 milhares de Euros.

30 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

30.1 Passivos contingentes

A Tejo Energia - Produção e Distribuição de Energia Eléctrica, S.A. deu início ao procedimento de resolução de litígios contra a REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. (“REN Eléctrica”) e a REN Trading S.A. (“REN Trading”) quanto ao direito de serem considerados pagos os custos incorridos com o financiamento da tarifa social.

Este procedimento encontra-se previsto no procedimento de resolução de litígios do CAE, datado de 24 de novembro de 1993 (alterado posteriormente). De acordo com este CAE, a Tejo Energia atua na qualidade de produtor e vendedor e a REN Trading na qualidade de comprador da energia produzida na central eléctrica a carvão controlada pela Tejo Energia no Pego, em Portugal. A REN Eléctrica é conjunta e solidariamente responsável com a REN Trading, no que respeita à execução do CAE perante a Tejo Energia. A Tejo Energia veio reclamar a existência de uma obrigação da REN Trading (e solidariamente da REN Eléctrica) de reembolsar a Tejo Energia pelos pagamentos efetuados por esta relacionados com a tarifa social. O montante em causa em 31 março de 2018 corresponde, aproximadamente, a 8.636 milhares de Euros, acrescido de juros.

30.2 Garantias prestadas

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o Grupo tem garantias prestadas às seguintes entidades:

Beneficiário	Objecto	Mar 2018	Dez 2017
BEI	Para garantir empréstimos	262.915	262.915
Direcção Geral de Geologia e Energia	Cumprimento das obrigações de Contratos de Concessão	33.032	20.500
Tribunal da Comarca de Lisboa	Garantir a suspensão do prosseguimento do processo de execução pendente	10.707	10.707
Juiz de Direito do Tribunal de Comarca	Caucionar a expropriação de terrenos	5.549	5.549
Autoridade Tributária e Aduaneira	Garantir a suspensão de processo de execução fiscal	3.727	2.817
Câmara Municipal do Seixal	Garantia de processos em curso	2.777	2.777
Estado Português	Cumprimento das obrigações de Contratos de Concessão	2.000	2.000
Câmara Municipal da Maia	Garantia de processos em curso	1.562	1.562
Câmara Municipal de Odivelas	Garantia de processos em curso	1.119	1.119
Câmara Municipal de Matosinhos	Garantia de processos em curso	822	822
Câmara Municipal de Matosinhos	Garantir a liquidação de dívida exequenda	817	817
Câmara Municipal do Porto	Garantia de processos em curso	385	385
Câmara Municipal de Silves	Garantia de processos em curso	352	352
NORSCUT - Concessionária de Auto-estradas	Assegurar o cumprimento das obrigações assumidas, decorrentes de obras	200	200
União Europeia	Dar cumprimento aos requisitos contratuais no âmbito do contrato de financiamento	177	177
EP - Estradas de Portugal	Garantia de processos em curso	158	158
Direcção Estradas de Braga	Garantia de processos em curso	100	100
Outros (inferiores a 100 milhares de euros)	Garantia de processos em curso	232	232
		326.632	313.190

31 PARTES RELACIONADAS

Principais acionistas e ações detidas pelos membros dos órgãos sociais

Com referência a 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a estrutura acionista do Grupo REN é a seguinte:

	Mar 2018		Dez 2017	
	Número de ações	%	Número de ações	%
State Grid Europe Limited (Grupo State Grid)	166.797.815	25,0%	166.797.815	25,0%
Mazoon B.V. (Grupo Oman Oil Company S.A.O.C.)	80.100.000	12,0%	80.100.000	12,0%
Lazard Asset Management LLC	46.570.562	7,0%	45.034.126	6,7%
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	35.496.424	5,3%	35.496.424	5,3%
Red Eléctrica Internacional, S.A.U.	33.359.563	5,0%	33.359.563	5,0%
The Capital Group Companies, Inc.	31.691.585	4,8%	31.691.585	4,8%
Great-West Lifeco, Inc.	13.719.885	2,1%	13.719.885	2,1%
Ações próprias	3.881.374	0,6%	3.881.374	0,6%
Outros	255.574.054	38,3%	257.110.490	38,5%
	667.191.262	100%	667.191.262	100%

Remunerações do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da REN, SGPS foi considerado, de acordo com a IAS 24, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão do grupo.

Durante o período de três meses findo em 31 março de 2018, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da REN, SGPS ascenderam a 580 milhares de Euros (580 milhares de Euros em 31 de março de 2017), conforme quadro seguinte:

	Mar 2018	Mar 2017
Remuneração e outros benefícios de curto prazo	366	366
Prémio de gestão (estimativa)	214	214
	580	580

Transações de ações por membros do Conselho de Administração

Não ocorreram situações de transações efetuadas por membros dos órgãos sociais, face às demonstrações consolidadas da REN, em 31 de dezembro de 2017.

Transações com sociedades em relação de domínio ou de grupo

No exercício da sua atividade a REN realiza transações com entidades do Grupo ou com entidades em relação de domínio. Os termos e condições praticadas entre a REN e as suas partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

No processo de consolidação, os montantes relativos às transações realizadas e os saldos por liquidar são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

As principais transações realizadas entre empresas do Grupo REN foram: (i) financiamentos e suprimentos concedidos pela Empresa-mãe, no âmbito da gestão corrente dos mesmos; e (ii) serviços partilhados pelo Grupo, nomeadamente, serviços jurídicos, administrativos e de informática.

Saldos e transações com acionistas, empresas associadas e outras partes relacionadas

O Grupo REN efetuou as seguintes transações com acionistas de referência, detentores de participações qualificadas e entidades associadas:

Rendimentos

	Mar 2018	Mar 2017
<u>Vendas e prestações de serviços</u>		
Faturação emitida - REE	596	814
Faturação emitida - Centro de Investigação em Energia REN - State Grid	95	32
	691	846

Gastos

	Mar 2018	Mar 2017
<u>Fornecimentos e serviços externos</u>		
Faturação recebida - REE	1.540	4.113
Faturação recebida - Centro de Investigação em Energia REN - State Grid	1	-
Faturação recebida - CMS Rui Pena & Arnaut ¹	64	20
	1.605	4.133

¹ Entidade relacionada com o Administrador José Luís Arnaut

Saldos

Nos períodos findos em 31 de março de 2018 e 31 dezembro de 2017, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como se segue:

	Mar 2018	Dez 2017
<u>Cientes e outras contas a receber</u>		
OMIP - outros devedores	8	-
Oman Oil - outros devedores	1	1
Centro de Investigação em Energia REN - State Grid - Outros devedores	4	25
REE - Clientes	151	19
	164	45
<u>Fornecedores e outras contas a pagar</u>		
Centro de Investigação em Energia REN - State Grid - Outros credores	1	171
REE - Fornecedores	652	871
CMS - Rui Pena & Arnaut - saldo em fornecedores ¹	66	40
	719	1.082

¹ Entidade relacionada com o Administrador José Luís Arnaut

32 EVENTOS SUBSEQUENTES

Por aditamento datado de 23 de abril de 2018, foi celebrado entre a REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. e o concedente um aditamento ao contrato de concessão de modo (i) a cometer à REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. a execução dos trabalhos de instalação do cabo submarino que ligará o Projeto Windfloat (um centro electroprodutor eólico a instalar no mar, ao largo de Viana do Castelo) à rede eléctrica de serviço público e (ii) a incluir na área da concessão o espaço marítimo necessário à execução de tal cabo submarino.

O Contabilista Certificado

Pedro Mateus

O Conselho de Administração

Rodrigo Costa
(Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva)

Jorge Magalhães Correia
(Vogal do Conselho de Administração)

João Faria Conceição
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

Manuel Sebastião
(Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria)

Gonçalo Morais Soares
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

Gonçalo Gil Mata
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

Guangchao Zhu
(Vice-Presidente do Conselho de Administração designado pela State Grid International Development Limited)

Maria Estela Barbot
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

Mengrong Cheng
(Vogal do Conselho de Administração)

José Luis Arnaut
(Vogal do Conselho de Administração)

Li Lequan
(Vogal do Conselho de Administração)

Manuela Veloso
(Vogal do Conselho de Administração)

Omar Al Wahaibi
(Vogal do Conselho de Administração)

Nota: As restantes folhas do presente Relatório e Contas foram rubricadas pelos membros da Comissão Executiva e pelo Contabilista Certificado, Pedro Mateus.